



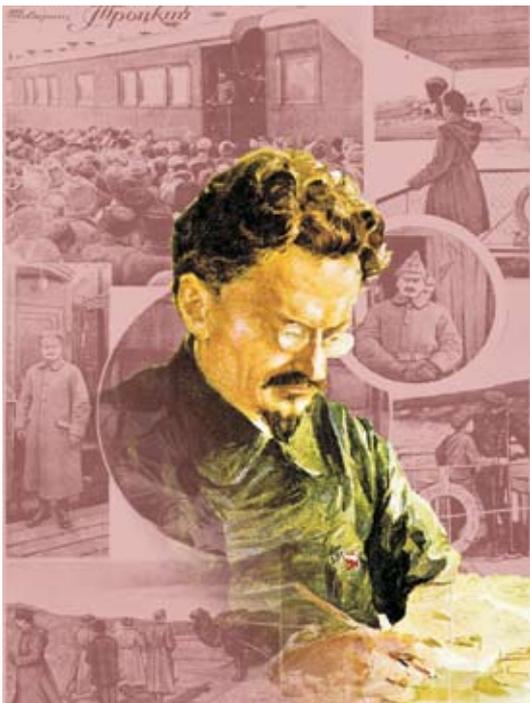
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 440 - DE 02 A 16 DE SETEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00

Estagnação econômica mostra que é preciso preparar a luta contra demissões

72 anos do assassinato de León Trotsky



Suape:
Enfrentar a repressão patronal
Pela readmissão dos grevistas
da Abreu e Lima

Oposição revolucionária a Dilma

Eleições Municipais: pântano burguês

As eleições municipais contam com milhares de candidatos a prefeito e vereadores em todo o País. No entanto, estão diante de uma população passiva e descrente de que alguma coisa irá mudar na política burguesa.

Em plena campanha, ocorre o julgamento do denominado Mensalão, envolvendo a cúpula do PT. No Congresso, funciona a CPI sobre as atividades criminosas de Carlinhos Cachoeira e da construtora Delta. Altas autoridades e praticamente todos os partidos que controlam a máquina do Estado, ou parte dela estão envolvidos nas atividades do contraventor.

São tantos os escândalos de corrupção, atingindo notórias figuras institucionais – algumas que eram insuspeitas – que as massas percebem pela experiência que as denúncias, ocorrências, investigações, processos e julgamentos são manifestações do mundo fechado da burguesia. Não existe a mínima confiança de que desse pântano possa sair alguma solução saudável.

No governo do PT, aumentou a possibilidade de expor a rede de relações escondidas e semiescondidas entre a política, as instituições do Estado (judiciário, parlamento etc.) e o poder econômico. As linhas divisórias entre negócios legais e ilegais, entre institucionalidade e criminalidade, entre interesse público e privado, entre partidos e quadrilhas, se mostram borradas, apagadas ou tênues.

Os explorados assistem aos embates partidários, à teatralização no Congresso e ao show do Supremo Tribunal Federal como a um filme estranho às suas vidas escoradas no salário mínimo de fome, nas extremas dificuldades de manter suas famílias e nas aposentadorias aviltantes.

Houve tempo em que, na maioria das cidades do interior, o vereador não recebia nada. Hoje, tornou-se um bom negócio. A política dá dinheiro porque está a serviço da burguesia. Os crápulas não se contentam com os altos salários, com as aposentadorias precoces e com tantos outros privilégios. Ganhar eleição significa abrir portas para o enriquecimento, obtido por meio da política de favores, concessões e adesões à causa de grupos capitalistas. Quanto mais se acirra a concorrência entre os grupos econômicos, mais espaços têm os politiqueiros para promover a arte das falcatruas. Quanto mais aumentam as chances de ganhar dinheiro fácil, mais disputas ocorrem entre as quadrilhas que habitam o Estado. Assim, vêm à tona as denúncias de uns contra os outros.

O parasitismo social da burocracia estatal e dos politiqueiros avançou a tal ponto que se transbordou na forma de criminalidade. As massas que sobrevivem palmo a palmo do trabalho, que estão sujeitas à brutal exploração e que não sabem o que será o dia de amanhã são chamadas, de tempo em tempo, a eleger os menos piores dos piores ladrões, dos fingidos, dos hipócritas e dos lacaios da burguesia. Por trás dos partidos e de seus candidatos, perfilam empreiteiras, bancos, comerciantes, industriais, narcotraficantes, bicheiros, igrejas. Todos têm apoio financeiro a dar.

Um novo fenômeno vem se destacando: as igrejas evangélicas ganharam um poder invejável. A Igreja católica tem cedido aos evangélicos uma parcela significativa de seu monopólio “espiritual”, revertido para o bem da política burguesa. Os filhos de Deus constituíram um império financeiro, arrancando

os dízimos de milhões de pobres e miseráveis, bem como de uma camada da pequena burguesia. Contam com a retaguarda do imperialismo – são em boa medida filiais das igrejas evangélicas norte-americanas.

Nas eleições presidenciais, obrigaram a candidata Dilma a se comprometer com suas exigências reacionárias, caso não quisesse perder para o candidato José Serra. Nas eleições municipais, estão mostrando sua enorme força política. Em São Paulo, os grandes partidos – PSDB, PT, PMDB – estão na dependência dos evangélicos, que se dividem em torno das candidaturas de acordo com interesses particulares e que se unem em torno das diretrizes conservadoras.

O controle de canais de televisão e de rádio permitiu aos pastores manejar suas “ovelhas” com mais amplitude que o púlpito armado em cada bairro, com o apoio das prefeituras. Certamente, não há novidade no fato de que as eleições são regadas pelo dinheiro dos capitalistas e pela oratória das igrejas. Mas é preciso sempre mostrar ao explorados o aumento do controle social exercido pelos padres e pastores em função dos interesses materiais das seitas e do objetivo geral de preservar a sociedade de classes, a propriedade privada dos meios de produção e a opressão do homem sobre o homem. A ideologia que emana do capitalismo para sua perpetuação não subsiste sem uma poderosa base material.

A projeção do candidato Celso Russomanno, do PRB, conta com as mãos da Igreja Universal. José Serra (PSDB), com ajuda de Gilberto Kassab (PSD), negociou o apoio da Assembleia de Deus, Igreja Mundial e Igreja Renascer. Mas a transação é mais intrincada, parte da mesma Igreja fica com um candidato e parte com outro. Os alinhamentos dependem da avaliação do quanto as prefeituras poderão subsidiar e proteger os interesses de cada Igreja, que necessita do Estado em suas disputas pelo controle da população.

O mesmo ou semelhantemente se passa com os empresários procurados pelos partidos e candidatos. Os burgueses financiam as milionárias campanhas e as igrejas entregam os votos dos seus fieis. Completam-se na função de arregimentar as massas por trás dos partidos da classe capitalista.

A campanha repete o festival de promessas em torno de velhos problemas, como transporte urbano, saúde, educação, segurança, moradia e saneamento. Uns partidos atacam os outros pelo que não fazem. As estocadas sobre a corrupção parecem brigas de vizinhos e de condôminos. As alianças eleitorais não têm fronteiras. O candidato do PT não se envergonha nem um pouquinho de recorrer ao PP de Paulo Salim Maluf. Ninguém se importa com a tal da ficha limpa. Se se pode agregar doadores e tempo nos meios de comunicação, não é relevante se o aliado é um histórico ladrão dos cofres públicos. Todos os partidos da ordem capitalista são assim e agem da mesma maneira. Nenhum escapa da vala comum do capitalismo decadente e apodrecido. Essa é a tão cantada democracia que vigora no País.

Os explorados, não obstante, continuam sob a influência dessa instituição e são arrastados pelos partidos dessa ordem. A classe operária não constituiu um partido capaz de se opor frontalmente ao domínio burguês.

As esquerdas nas eleições

Os destacamentos mais avançados da militância de esquerda que se dividem em vários agrupamentos legalizados comparam-se nas eleições com escassa e quase nula influência sobre o proletariado. Sem empunharem um programa revolucionário, sem defenderem a estratégia da revolução proletária, sem recursos para potenciarem a demagogia pequeno-burguesa esquerdizante, perdem-se no marasmo da disputa interburguesa. Estão convencidos que vão se construir como partidos de massa usando o diminuto espaço legal e material que a democracia formal lhes reserva.

O PCdoB estalinista se enrabichou ao PT, acompanhando a burocracia sindical de todos os naipes. Não lhe faz também diferença se estará ao lado do malufismo ou não, contanto que consiga eleger algumas de suas figuras e ter acesso a cargos públicos. O PCB que procura se erguer do buraco histórico em que despencou prefere as coligações com o PSOL, mas, se as condições eleitorais exigirem, pode se aliar a um PSB ou PDT.

O PSTU cassa aliados entre as esquerdas legalizadas para constituir a tal da Frente de Esquerda. Morre de amor, ciúme e despeito pelo PSOL, considerado o parceiro ideal, ao lado do PCB. A maior infelicidade dos morenistas é quando não conseguem reunir na Frente de Esquerda o PSOL e PCB. O primeiro porque é um partido pequeno-burguês social-democrata que se constituiu em uma pedra no caminho do desenvolvimento do PSTU como partido socialista legal, e que tem algum destaque nas eleições e no parlamento. Aspira uma cisão no PSOL, que desloque uma parcela dos socialistas legais mais à esquerda para os seus braços.

Embora o PSTU procure se adaptar ao PSOL e ao PCB para constituir as frentes eleitorais, os sociais democratas e os estalinistas renovados fazem de tudo para ficar longe dos morenistas, sabendo que procuram a sombra do PSOL para se potenciar. O PCB tem mais facilidade de se valer da social democracia pequeno-burguesa, por ser o ancião debilitado pelos erros e traições à classe operária. Por isso, é melhor não ter o PSTU disputando a mesma sombra.

Essa situação tem provocado desespero entre os morenistas, para quem o isolamento legal é uma pena de morte. Nas eleições municipais, assumiu a orientação típica dos partidos burgueses e pequeno-burgueses de que cada lugar é um lugar. Onde o PSOL avalia que o PSTU será útil, se selará um acordo eleitoral. É o caso de Natal, no Rio Grande do Norte. Mas o reboquismo mais escandaloso ocorreu em Belém do Pará. O PSTU sucumbiu à aliança entre o PSOL e PCdoB. Lênin foi evocado para sacramentar o acordo, como se fosse uma concessão necessária à luta pelo socialismo. Mas nada acoberta a miséria política do morenismo. Unir-se ao PCdoB que é governista e ao PSOL que exerce o oposicionismo social democrata recebendo dinheiro de empresários, expôs o oportunismo das diretrizes do PSTU.

Do PCO, quase nada se tem a dizer. Procura postar à esquerda, mas se limita à denúncia do capitalismo e da democracia. Evita, porém, defender a revolução e ditadura proletárias, nos poucos segundos que tem nos meios de comunicação. Portanto, suas contestações não servem para defender junto às massas a via revolucionária.

Posição do POR

O POR é um partido em construção. Padece da profunda crise de direção, aberta pelo triunfo do estalinismo e destruição da III Internacional, que resultou na aceleração do processo de restauração do capitalismo na ex-União Soviética, que se estendeu ao Leste Europeu e China. Cuba segue a mesma trilha.

A IV Internacional edificou o marco de resistência histórica à destruição das conquistas do proletariado mundial e de luta pelo comunismo. Seu programa se levanta poderosamente em meio à maior crise mundial do pós-guerra. Não há como reconstituir as forças edificadoras da nova sociedade sem classes, que se desprenderam nas revoluções proletárias do século passado, sem que se parta do Programa de Transição da IV Internacional.

O brutal estilhamento do trotskismo em inúmeras correntes revisionistas não corresponde à IV Internacional, que vive na luta travada contra o estalinismo, contra a restauração capitalista, contra a barbárie imperialista e contra a burguesia mundial, e, em síntese, no seu programa. Cada vez mais, as correntes que se reivindicam do trotskismo se afastam das conquistas do bolchevismo. Não suportam o gigantesco retrocesso do movimento revolucionário das massas e procuram atalhos para construir o partido. Começam por mutilar o programa e rasurar a teoria marxista. Assim, vão cedendo às pressões do democratismo burguês e vão ao encontro das vias legais para se adaptarem. Põem de lado o Programa de Transição e seu método revolucionário para se inserirem no horário eleitoral e conservarem a outorga de partido legal. Assim, esses ditos trotskistas não usam a tribuna da democracia para exigir das esquerdas que se reivindicam do socialismo a se unirem sob o programa da revolução proletária. Não aplicam de fato a tática leninista do trabalho legal e ilegal, parlamentar e extraparlamentar. Negam-se, na prática, a subordinar os métodos de luta legal do movimento operário aos métodos da ação direta.

Eis as razões que impossibilitam o POR apoiar as candidaturas das esquerdas. E, como corrente marxista-leninista-trotskista embrionária, não tem como intervir como partido que conquistou pela força da luta de classes a legalidade. Diante dessa situação conjuntural, define-se pelo voto nulo programático. Intervirá defendendo o programa de reivindicações dos explorados e a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Motivos para o voto nulo programático

O POR, desde que se originou na década de 90, tem se posicionado pelo voto nulo programático. Não por princípio, mas por contingência. O lento desenvolvimento lhe impediu de conquistar a legalidade, como resultado da luta de classes.

Para lançar candidatos, é exigida uma série de condições proibitivas para as correntes embrionárias. Não é desconhecida a possibilidade de burlar e se obter o registro do Tribunal Superior Eleitoral. Há também exigências legais que limitam a atuação de partidos que se reivindicam da revolução socialista. O programa inscrito passa pelo crivo do Tribunal.

As organizações de esquerda enquadradas nas cláusulas de

barreira acham que podem driblar a legislação e confeccionam um programa de acordo com os preceitos de ajustamento à democracia burguesa. No entanto, nas campanhas se mostram limitadas. E se adaptam ao clima eleitoral ditado pelos partidos da burguesia e ao atraso político dos explorados. Assim, não podem cumprir seu dever revolucionário de usar a tribuna legal para defender o programa e os meios de destruição da sociedade de classes. Socialismo e comunismo se reduzem a lemas desfraldados nas nuvens.

Não se trata de rechaçar as manobras para fugirem das condições antidemocráticas impostas pelo Estado. Mas a conquista da legalidade não se assenta nos dribles bem dados à legislação. Trata-se de uma conquista do partido revolucionário enraizado no proletariado e, portanto, imposta à burguesia pela luta de classes. Somente assim, as manobras podem servir à tática marxista de intervir nas eleições e no parlamento.

É justa a alegação de que os meios legais são usados porque permitem ao partido se aproximar das massas e combater a influência da burguesia. O marxismo demonstrou que todos os meios que possibilitam avançar a luta da classe operária contra o capitalismo devem ser utilizados. Por isso fazem parte da tática, da aplicação prática do programa por meio da luta política. Caso não estejam de acordo com as condições concretas, não servem. Lançar-se na disputa eleitoral sem agitar as bandeiras que impulsionam a luta das massas e sem defender o programa da revolução proletária, como vem ocorrendo com as esquerdas legalizadas, não serve à causa do proletariado.

Não temos outra via de construir o partido a não ser constituindo quadros marxistas no seio da classe operária e dos demais oprimidos. Essa tarefa se choca com o brutal retrocesso sofrido pelo proletariado mundial, principalmente depois da destruição da III Internacional, por obra do triunfo do estalinismo na ex-União Soviética.

Não é de estranhar o longo processo embrionário de formação do partido, como também não o é a ligeireza como as correntes se lançam pela via do oportunismo. Poderão se valer limitadamente das condições históricas de retomada da crise capitalista, dos deslocamentos da pequena-burguesia e do atraso do proletariado, para confundir a política pequeno-burguesa eleitoral com o aproveitamento revolucionário das condições legais. Mas não poderão pôr em pé o partido da revolução.

Não por acaso, tais correntes negam-se a se estruturar sobre a base de um programa definido. O centrismo de esquerda tende a tirar proveito da atual situação, como se estivesse aplicando o leninismo. A via eleitoral tem ou começa a ter um peso decisivo em seu desenvolvimento. É o que expressa a diretiva do PSTU para as eleições. Permite-lhe aglutinar ativistas, não importando a constituição de quadros marxista-leninista-trotskistas.

O centrismo levanta-se como um obstáculo ao desenvolvimento do partido revolucionário, encarnado embrionariamente pelo POR. Em nome do trotskismo, arregimenta parcela significativa da militância. Há um despertar de ilusão na constituição de um partido socialista legal, adaptado à democracia. O controle de uma pequena fração da burocracia sindical tem servido para potenciar tal esperança.

A vanguarda passa pela experiência com o centrismo. Uma de suas características se manifesta na combinação do sindicalismo burocrático de esquerda com o oportunismo eleitoral. A coligação com o PSOL e PCdoB, em Belém do Pará, indica o quanto a política centrista do PSTU oscila, sob as pressões do legalismo e do eleitoralismo.

Os poderosos obstáculos que bloqueiam a construção do partido no seio do proletariado não poderão ser vencidos substituindo a tarefa de constituir os quadros marxistas, soldados à elaboração do programa na luta de classes, por aglutinação de ativistas que despontam nas campanhas eleitorais e que são atraídos pelas atividades legais. As críticas de esquerda, nas eleições, aos partidos da burguesia perante as condições de pobreza e miséria das massas são atrativas para a vanguarda que não se formou no marxismo, mas se dissipam, uma vez que não expressam o programa e a política encarnados pelo proletariado.

O bolchevismo mostrou o quanto útil pode ser o uso das eleições e do parlamento (inclusive reacionário, como o era do czarismo), mas como expressão do profundo vínculo do partido-programa com o proletariado. E não o contrário. Há uma clara negação das correntes legalizadas e que se reivindicam do trotskismo de se apresentarem com o programa da revolução proletária. Ao limitarem suas críticas aos efeitos do capitalismo, aos interesses da burguesia, e ao apresentarem soluções administrativas, comparecem como esquerda reformista, impotente e jocosa. Não assimilaram a experiência histórica do bolchevismo, embora recorram ao leninismo quando lhes convêm.

A posição do POR de defesa do voto nulo programático corresponde não apenas à impossibilidade conjuntural de conquistar a legalidade, mas também ao fato das correntes de esquerda, principalmente as que se reivindicam do trotskismo, mostrarem-se incapazes de constituir uma frente revolucionária de intervenção. A rejeição em convocar toda militância que reivindica da luta antiimperialista e anticapitalista para decidir por um programa classista e a tática correspondente inviabiliza a unidade frentista de combate às ilusões eleitorais e de defesa do programa proletário. Por outro lado, as coligações estabelecidas pelas cúpulas partidárias, em que o ponto determinante da unidade frentista é ditado pela força eleitoral e institucional dos participantes, colocam-se na contramão dos objetivos revolucionários.

No Rio Grande do Norte, o PSTU trabalhou para quebrar a constituição de uma frente decidida em plenária de militantes e independentes. Finalmente, submeteu-se à candidatura do PSOL e ao seu ideário social-democrata. O POR lutou pela formação de uma frente revolucionária, programática e disciplinada pela tática de combate à burguesia. A decisão do PSTU de se enfiar a qualquer custo na coligação montada pelo PSOL e PCdoB em Belém, que acabou de receber a bênção de Marina da Silva, do PV, retrata por completo o seu oportunismo.

Nessas condições, o POR convoca a militância classista, os trabalhadores e a juventude a rechaçarem os partidos da burguesia e a combaterem as correntes que capitulam diante do legalismo. A defesa do voto nulo programático coloca a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado.

Filiação eleitoral do PSTU

O que é o Partido

Com esse título, o jornal Opinião Socialista publicou um longo artigo, assinado por Henrique Canary. O texto se vincula à campanha de filiação lançada pelo PSTU, que suscitou questionamento. Eis a justificativa: “O PSTU começou, agora, uma campanha de filiação e muitos ativistas honestos nos questionam sobre isso”. Canary procura, portanto, responder à militância que a posição adotada é correta e está de acordo com a tradição marxista-leninista.

De nossa parte, temos caracterizado o PSTU como uma corrente centrista, cuja política tende a se adaptar ao democratismo, ao legalismo e ao eleitoralismo. Observamos pela sua prática e pelas formulações que oscila entre o marxismo e o reformismo. Eis por que nos interessou o artigo “O que é o Partido”.

O seu redator se apóia na experiência do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e do Partido Bolchevique, o primeiro dirigido por Karl Kautsky e o segundo, por Lênin. Reivindica as duas trajetórias como se fossem complementares. O artigo, assim, prima pela generalização e pela superficialidade.

Refutemos de passagem a um aspecto. Canary descreve a ampla atividade legal e institucional da social-democracia alemã (representação parlamentar, direção sindical, animação de clubes culturais, jornais diários, revistas, etc.). E conclui: “Mais tarde, esse partido se degenerou, abandonando a luta pela revolução socialista, mas deixou a marca do incrível trabalho legal que realizou.” Era obrigação do redator dizer, ainda que resumidamente, por que degenerou. Sem dúvida, é bem conhecida a capitulação do SPD ao nacionalismo imperialista. O que levou o partido a trair o internacionalismo e destruir a II Internacional. Mas a capitulação perante a burguesia alemã que desencadeou a 1ª Guerra Mundial não foi um raio no céu azul. Fundada em 1875, a sua trajetória foi de adaptação progressiva ao Estado burguês. A gigantesca legalidade permitiu-lhe uma ampla influência política nos sindicatos e no processo eleitoral e potenciou seu aparato partidário, no entanto não com o programa revolucionário e com os métodos que correspondem. A institucionalização do SPD foi um reflexo de sua degeneração reformista. Há um vínculo incontestável entre seu trabalho legal, suas deformações reformistas, seu abandono do marxismo e, finalmente, sua capitulação perante o nacionalismo imperialista. A leviandade como Canary jogou com a experiência do SPD volta contra seu objetivo de convencer que o PSTU está no caminho correto.

Canary não demonstra o desenvolvimento do PSTU, que levou seus dirigentes a lançar em meio às eleições municipais a campanha de filiação. Procura tão-somente convencer a militância sobre a importância da existência legal do partido e que essa situação está de pleno acordo com a tradição marxista. “Disputar eleições, ter sedes públicas, filiar pessoas, prestar contas à justiça sobre seus gastos”, tudo isso potencializa o partido perante as massas, segundo o artigo.

Há a preocupação em rechaçar o esquerdismo que entende que a existência de um partido legal é uma contradição em si. É mais do que justo rejeitar a visão de que o uso da legalidade burguesa em si é antagônico à natureza do partido revolucionário.

Mas não nos parece que os “ativistas honestos” questionaram a utilização tática da legalidade, da democracia burguesa, mas sim a decisão do PSTU de lançar uma campanha de filiação por meio de carteirinhas.

Canary explica que o objetivo é “aumentar significativamente o número de operários, jovens e trabalhadores em geral que têm uma relação formal, oficial, com o partido”. Entende que há milhares de simpatizantes que não querem ser militantes e que poderão consolidar uma relação política e ideológica com o PSTU por meio da filiação. Diferentemente o PSOL, a separação entre militante e filiado será preservada. Nota-se o empenho do redator em demonstrar que o partido não deixará de combinar o trabalho legal e ilegal, como recomenda Lênin.

Por que será então que a campanha de filiação despertou dúvidas em suas fileiras? Há algum risco de se apagar fronteira entre militantes e simpatizantes filiados? Não haveria outro meio do partido aproximá-los sem ser pela filiação, que corresponde à lei eleitoral da burguesia e à estrutura dos partidos burgueses (PT, PMDB, etc) e pequeno-burgueses (PSOL, PCdoB)? A declaração de que o PSTU se apóia no leninismo não seria retórica? Não está havendo uma adaptação progressiva do partido ao legalismo, em nome do leninismo? Essas devem ser as questões que motivaram os “ativistas honestos” a duvidarem da campanha de filiação.

Não transpareceu, como se lê no artigo, nenhum sinal de que tenham questionado uso da tática eleitoral, das sedes, do parlamento. No entanto, existe uma ligação concreta entre a campanha de filiação e a legalidade eleitoral percorrida pelo PSTU.

No entendimento da direção do PSTU, a campanha de filiação é um “importante passo na disputa pela consciência das massas.” O articulista defende que com a filiação se pode “expandir e fortalecer a influência do partido revolucionário sobre os ativistas e, por meio destes, sobre os trabalhadores em geral.” Se é assim, a campanha de filiação passa a ter uma importância decisiva nas diretrizes do partido. Os morenistas participaram em várias eleições e somente agora descobriram esse instrumento legal de conquistar os ativistas e as massas.

Os marxistas não poderiam e não podem criticar o PSTU pelo fato de se valer dos meios legais para estabelecer relações com as massas e se construir. Mas a tática em si mesma não é compreensível. Necessariamente, está vinculada à estratégia e condicionada por ela. Não serve o enunciado geral e abstrato de defesa do socialismo, como faz diuturnamente o PSTU e que se repete no artigo O que é o Partido.

A combinação do trabalho legal e ilegal corresponde à defesa do programa, à organização das forças revolucionárias dos explorados, às condições da luta de classes e à natureza do partido operário. Não é de hoje que o POR critica a intervenção do PSTU nas eleições, por se negar a defender perante as massas a via da revolução proletária.

O uso da tribuna legal para apresentar soluções eleitorais aos trabalhadores não corresponde à orientação leninista. Ao se valer do socialismo abstrato para omitir, sonegar ou burlar os métodos da luta de classes, a estratégia da ditadura do proletário.

riado e as tarefas da revolução socialista, não se está aplicando a tática marxista, mas sim a oportunista.

Basta que os “ativistas honestos” que duvidam da campanha de filiação analisem a participação do PSTU nas eleições municipais para verificar nossas imputações contra o seu legalismo. No mesmo Opinião Socialista em que se discute o valor do trabalho legal e ilegal, pode-se ler a mixórdia eleitoreira no libelo “Cresce campanha de filiação ao PSTU em Belém”. Tomemos um exemplo. O candidato Cleber Rabelo apresentou sua proposta sobre os transportes na reunião “Sexta Socialista na Taberna do PSTU” (o nome já diz muito) Eis: “Redução da tarifa de ônibus; passe-livre para estudantes e desempregados. Isso só será possível triplicando o investimento e reestatizando o transporte coletivo com a criação de empresas públicas pelos trabalhadores e usuários”. Não passa de promessa eleitoral. Não se usa a tribuna das eleições para expor a via revolucionária do partido perante uma infindável quantidade de problemas enfrentados diariamente pelas massas. A plataforma eleitoral municipal é defendida como possíveis soluções administrativas.

Na entrevista, “Não vamos dar um minuto de sossego na Câmara”, eis o que diz a candidata Amanda Gurgel: “(...) A campanha da Frente de Esquerda, com Robério (PSOL) e Dário Barbosa (PSOL) tem sido uma alternativa para derrotar a velha política e governar para os trabalhadores, enfrentando os contrastes que marcam nossa bela cidade.” Não é preciso muita politização para sentir nojo à verve da candidata com seu elogio à Frente Eleitoral encabeçada pelo PSOL. “Governar para os trabalhadores” a “bela cidade” de Natal? Palavreado eleitoreiro.

O caso de Amanda é representativo do uso legal das eleições pelo PSTU. Não constitui um quadro marxista. A imprensa burguesa a projetou a partir de um discurso choroso, em uma solenidade oficial, sobre a calamidade da educação no Rio Grande do Norte. Essa distinção a tornou a grande esperança do PSTU ter uma representante eleita para a Câmara Municipal.

Em Belém, os morenistas se submeteram à frente popular montada pelo PSOL, com a candidatura a prefeito de Edmilson Rodrigues, e PCdoB, com Jorge Panzera, como vice. Não é necessário recorrer à crítica ao governismo dos estalinistas e de seu papel reacionário na direção da UNE, para se constatar a posição arrivista do PSTU.

A campanha de filiação certamente despertou dúvidas nos “ativistas honestos” porque indica que a direção do PSTU está levando longe demais sua adaptação às condições de legalidade. Não se está aplicando a tática leninista, mas acobertando-se teoricamente com ela para justificar o oportunismo centrista. As citações a que Canary recorreu devem ser verificadas perante a política concreta do partido.

Lênin considera um erro não aproveitar as possibilidades do movimento operário legal para se transformar, por meio de um trabalho político intensivo, no organizador e verdadeiro guia das grandes massas revolucionárias. Mas aproveitar a tribuna legal não significa se submeter às suas regras. Não significa adaptar-se às pressões eleitorais (alianças, finanças, aparatos, filiação, etc.). Lênin defende que os comunistas não devem esconder a verdade para as massas e não temer em contrariá-las, quando elas expressam em sua conduta e consciência o domínio

da burguesia. E ao mesmo tempo não desconhecer e não desconsiderar o estado real de consciência e preparo de toda a classe. A necessidade do partido de utilizar a tribuna e os meios legais parte desse estado real. E o dever de contrariar os preconceitos democrático-burgueses e parlamentares existentes entre os explorados é ditado pela tarefa de penetrar o programa revolucionário em seu seio, de expor a estratégia da revolução proletária, de desenvolver as reivindicações que se chocam com os pilares do capitalismo e mostrar que os métodos legais de luta política estão subordinados aos métodos da ação direta.

O PSTU formalmente segue a premissa de não desconsiderar o estado de consciência das massas, mas não aplica a exigência de dizer a verdade e combater os preconceitos incrustados pela burguesia nos explorados. Está aí por que não se apresenta com o programa revolucionário, escora-se em alianças que tragam votos, lança slogans demagógicos, segue os passos das campanhas burguesas e por aí vai.

O uso da legalidade com legalismo espelha a ilusão de que é possível se projetar eleitoralmente como partido de esquerda. A filiação de milhares e milhares daria uma maior dimensão ao PSTU nas eleições. A noção de que a constituição de um partido socialista de massa passa necessariamente por se tornar um partido apoiado eleitoralmente pelos explorados e por conquistar uma considerável representação parlamentar está no âmago do revisionismo morenista. Nas palavras de Canary: “A LIT, corrente internacionalista fundada por Nahuel Moreno, da qual o PSTU faz parte, fez o mesmo: participação nas organizações sindicais do peronismo, amplas campanhas eleitorais sempre que as condições permitiam, unificação com outras organizações para formar novos partidos legais etc.”

A militância deveria conhecer o que foi e o que tem sido a trajetória do morenismo na Argentina. O sucinto parágrafo lançado no meio do artigo esconde os volteios da política de Nahuel Moreno em torno do peronismo: o apoio dado a Perón na década de 1960 e defesa da constituição de um Partido Peronista Operário. Quanto às unificações por conveniência aparelhista, destituídas de programa e princípios, cabe mencionar a constituição do PRT em março de 1965 com o agrupamento pequeno-burguês nacionalista de Mario Roberto Santucho, que no congresso de 1967 conquistou a maioria para suas teses foquistas, motivadas pelo movimento castro-guevarista da OLAS. O PRT sofrerá uma profunda cisão no congresso do ano seguinte, quando Santucho ganhou a maioria. Depois desse desastre, Moreno funda o PST, em 1972, por meio de uma nova fusão, desta vez com os restos do decadente Partido Socialista Argentino.

Não é o caso, aqui, de expor toda a construção do que se denomina morenismo, em referência ao seu criador, Nahuel Moreno. Recorremos a esses dois momentos fundamentais para rebater a generalidade contida no parágrafo propagandístico sobre a suposta tradição revolucionária da LIT-QI. Se a militância do PSTU se desse o trabalho de estudar por que o PST, que depois se transformou em MAS, se potenciou e por que se espatifou com várias cisões, encontraria a noção morenista de partido de massa arrancado do processo eleitoral, entre outras razões. Na Argentina, a corrente da LIT declina. No Brasil, o PSTU se potenciou relativamente no campo das esquerdas. Sua política centrista vem sendo testada. Nossas críticas vêm no sentido de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

Rondônia

O desespero do PT diante das pesquisas eleitorais

Falta quase um mês para as eleições e os partidos travam uma disputa para arrancar votos da população pobre. O prefeito Roberto Sobrinho/PT está choramingando frente à pesquisa de rejeição ao seu governo. Faz de tudo para que o PT faça seu sucessor. A candidata petista é a ex-senadora Fátima Cleide/PT, que, entre oito candidatas, possui o segundo lugar na pesquisa de rejeição. Roberto Sobrinho pensava que seria mais fácil a disputa pela prefeitura, tendo em vista o grande volume de recursos do governo federal para as obras do PAC.

Os últimos números das pesquisas indicam Fátima Cleide com apenas 10% e com uma rejeição de 20% dos eleitores. Esses dados têm causado muita dor de cabeça para o PT, que comanda a prefeitura por dois mandatos. Certamente, nessa reta final de campanha, colocará toda a máquina da prefeitura em favor de Fátima Cleide.

Enquanto os partidos se digladiam em torno das eleições, a situação de miséria e pobreza vem crescendo por todos os lados. A corrupção e a grilagem de terras se tornaram fatos corriqueiros. E a maioria oprimida vem sendo arrastada pelo eleitoralismo. As pesquisas sobre

voto nulo ou branco indicam cifras abaixo de 10%.

As direções sindicais não fazem outra coisa senão indicar o apoio a essa ou aquela candidatura. As campanhas salariais foram relegadas ao segundo plano. As reivindicações dos operários de Jirau e Santo Antônio estão esquecidas e os patrões ampliam a exploração nos canteiros de obras. Fazem de tudo para alimentar as ilusões eleitorais e manter os trabalhadores na mais profunda despolitização.

A classe operária, os camponeses, a classe média empobrecida e a juventude pobre devem dar um basta à politicagem eleitoreira e se colocarem no campo dos explorados. A defesa das reivindicações como: emprego, salário mínimo vital, acesso à juventude a todos os níveis de ensino, saúde pública e moradia são fundamentais para unir a maioria oprimida contra a política burguesa dos governantes.

A ausência do partido revolucionário no seio do proletariado e demais trabalhadores facilita a ação dos politiquinhos. Mas está obrigado a se posicionar diante das eleições. Por isso, levanta a bandeira do voto nulo programático, com o objetivo de construir o partido operário revolucionário, expressão do programa da revolução social.

Estagnação econômica: demissões ameaçam trabalhadores

O PIB brasileiro cresceu 0,4% no segundo trimestre de 2012. As chamadas medidas anticíclicas do governo não conseguiram evitar a estagnação geral, embora tenham impedido um resultado negativo, tido como certo pelo fraco desempenho da indústria de transformação (-5,3%). O crédito fácil e abundante e o subsídio com isenção de impostos colocou um setor da classe média a consumir automóveis (recorde de vendas) e eletrodomésticos. Mas a inadimplência e alto endividamento agiram no sentido oposto, freando o consumo de muitos. A produção agrícola cresceu pouco mas cresceu, só que representa 5,5% do PIB, enquanto os serviços constituem 67% e tiveram 0,7% de crescimento.

A indústria como um todo registrou queda de 2,5% do primeiro para o segundo trimestre. O desempenho só não é pior do que o do primeiro trimestre de 2009, auge da crise mundial. O crescimento da construção civil (1,5%) e do setor energético (4,6%) atenuou as perdas gerais do setor. A indústria paulista, setor de ponta da economia, retrocedeu 6,4% de janeiro a julho, em relação ao primeiro semestre do ano passado.

Apesar da alta inflacionária (1,43% no mês), o Banco Central reduziu as taxas de juros de 8% para 7,5% anuais, para estimular o consumo. E prorrogou a isenção do IPI para outubro.

Os capitalistas se aliviam com as medidas anticíclicas, mas reivindicam outras de alcance perene. O governo anunciou um plano de investimento em transporte, com favorecimento ao setor privado, menos impostos sobre energia e intervenção estatal sobre empresas energéticas em dificuldades financeiras. São parte das chamadas medidas estruturais. Os empresários se queixam das vantagens dos competidores internacionais, que têm feito com que China, Japão, México e Alemanha avancem sobre o mercado latino-americano, em detrimento das exportações brasileiras. A desvalorização do dólar em 20% não teve efeitos sobre as exportações, o que leva a debater outras medidas de favorecimento aos capitalistas.

O fato é que a relativa perda de terreno do Brasil se deve principalmente à composição de sua balança comercial. Como exportador de matérias-primas, não pode competir em setores econômicos de maior valor agregado, como Japão, Alemanha e China. As medidas de estímulo artificial que se tomam diante da crise, baseadas em crédito fácil e subsídios, levam setores da classe média ao consumo de produtos industrializados. O mercado desses produtos é dominado internacionalmente pelas potências. Podemos ver isso acontecer até mesmo dentro do Brasil (exemplo: os setores que se beneficiam dos incentivos trazem boa parte dos componentes de seus produtos do exterior). O que os capitalistas querem mesmo é que o governo aprove medidas de flexibilização do trabalho que permitam impor um aumento da superexploração do trabalho, de forma a permitir que seus produtos concorram com preços menores.

Consequências da crise

O governo procura proteger os capitalistas dos efeitos da crise subsidiando-os. O resultado tem sido um sensível aumento do consumo em alguns setores, como o automobilístico. Mas, mesmo neste setor, discutem-se demissões em massa e fechamento de unidades. O caso da GM é emblemático. O governo, a empresa e o sindicato fecharam um acordo que prevê demissões “voluntárias” (PDV) e suspensão temporária de contratos (com salários pagos em parte pelo governo). Enquanto isso, é mantida a isenção de IPI. Em alguns meses, as vendas crescem. A capacidade de crédito se esgota, a isenção do IPI é retirada e o consumo cai. Virão as demissões. Sem preparo, os operários são pegos desprevenidos e reduzem suas chances de enfrentar com luta o problema.

A reivindicada desvalorização do real frente ao dólar foi atendida em 20%. As vendas para o exterior não aumentaram. O custo das importações cresceu e a dívida em dólar aumentou. A inflação subiu, especialmente nos produtos de primeira necessidade. Aumentou o

custo de vida.

As medidas de estímulo aumentaram o endividamento. Com ele, cresceu a inadimplência. A inadimplência pressiona os juros e os preços para cima e inibe o consumo.

As anunciadas obras em transportes terão a garantia de lucros do governo. Para cumprir isso, terá de se endividar mais. E cortar gastos em outros investimentos. O que pressionará a economia para baixo.

O salvamento de empresas elétricas também vai ter custos. Que aumentarão enquanto cai a arrecadação por causa da queda do consumo.

O controle dos setores estratégicos pelas multinacionais tem aumentado. Diante das variações do comércio mundial, aumentam os danos causados à economia nacional, que tem de se adaptar às necessidades externas, seja com a produção de mercadorias e detrimento das necessidades nacionais (açúcar versus álcool, por exemplo), seja com a remessa de divisas para cobrir rombos (automobilística).

Apesar do país exportar apenas 14% do seu PIB, de participar com

1% do comércio mundial, sua relação de dependência das potências o arrasta para o vendaval da crise mundial.

Cabe aos explorados se organizarem para se defender das consequências da crise capitalista e enfrentar os planos de ataque às suas condições de vida e trabalho.

A defesa de bandeiras de salário mínimo vital, reajustado automaticamente frente à inflação (escala móvel de salários) e defesa do emprego a todos (estabilidade no emprego e escala móvel das horas de trabalho – divisão de todo o trabalho entre todos os trabalhadores aptos, sem redução salarial), são essenciais para isso. Não se trata dos explorados se preocuparem com a maior ou menor lucratividade do capital dos exploradores, nem se meterem a ajudar uns na disputa com os outros. A independência de classe é condição para a real defesa da vida e trabalho das massas. Contra a política colaboracionista das direções, defender os direitos trabalhistas e sociais. Que os capitalistas paguem pela crise.

Burguesia aplaude pacote privatista de Dilma **Banqueiros, ruralistas, industriais, empreiteiros, mineração, burguesia internacional e demais frações comemoram concessões de rodovias e ferrovias**

No dia 15 de agosto, Dilma Rousseff anunciou o Plano Nacional de Infraestrutura e Logística, que começará com a concessão da exploração de rodovias e ferrovias e nas próximas semanas incluirá os portos, hidrovias e aeroportos. Serão concessões de 25 a 30 anos, amplamente regadas por recursos do BNDES e Tesouro Nacional. O objetivo é que haja R\$133 bilhões em investimentos, sendo metade nos próximos cinco anos. A empresa pública que tratava das ferrovias será transformada na Empresa de Planejamento e Logística, para gerenciar e acompanhar os projetos, sem poder de regulação.

Tudo para a burguesia

Não faltaram elogios por parte da burguesia, parabenizando as benesses do PT. A FIESP, inclusive, quis se colocar como a criadora do projeto, divulgando que Dilma simplesmente cumpriu o que foi pedido pelos industriais. Paulo Skaf, presidente da FIESP, afirmou: “O novo modelo coloca o Governo no seu papel correto, que é o de planejar, regular e fiscalizar, e chama a iniciativa privada para aquilo que ela comprovadamente faz melhor: investir e fazer gestão eficaz da ampliação e da prestação dos serviços de infraestrutura”. A maior cobrança é que o governo garanta os recursos e os prazos, principalmente do licenciamento ambiental. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Simão explicita: “Ninguém vai entrar nisso se não tiver garantia de lucratividade e perspectiva de baixo risco. Tudo isso está contemplado, vamos para a prática agora”.

A FEBRABAN aponta o projeto do governo como uma possibilidade de reverter positivamente as expectativas dos “agentes econômicos”, com baixas exigências e altos incentivos para atrair “investidores”. Benjamin Steinbruch, presidente da CSN, reclama do atraso destas medidas e exige juro baixo, crédito e prazo para atrair os investidores estrangeiros. Para ele, é preciso mais pressão sobre os bancos privados para a redução dos juros. Outros grandes burgueses saudaram o anúncio do projeto. Eike Batista, da EBX, chegou a chamar o pacote de “kit felicidade”.

Em nome dos ruralistas e do PSD, Kátia Abreu elogiou a continuidade entre os governos de Collor, FHC, Lula e Dilma, chamando esta sequência de governos antinacionais e antipopulares de “elo virtuoso”. Para a latifundiária, o projeto é um divisor de águas que trará

competitividade aos produtores rurais.

A imprensa burguesa mais torpe (Veja, Arnaldo Jabor, etc.) teceu elogios a Dilma e o *Financial Times* felicitou que a presidente tenha endurecido com os grevistas do funcionalismo público enquanto amolece ainda mais com o empresariado. Justificam que a presidente só dará aumentos condicionados à produtividade ou aqueles que ganham menos, e que o dinheiro público será melhor investido no setor privado, para evitar demissões. O porta voz do imperialismo demarca que as altas taxas de crescimento são coisa do passado, por isso o governo já não pode agradar a todos. Faz eco das críticas ao “custo Brasil”, responsabilizando as estradas precárias, energia alta e, é claro, as arcaicas leis trabalhistas. Ou seja, cobra a destruição dos direitos trabalhistas.

O PSDB elogiou ironicamente a conversão definitiva do PT ao privatismo, assim como fez em fevereiro quando foi anunciada a privatização dos aeroportos. Criticou pontualmente o atraso das medidas e falta de convicção do governo, pois quer se colocar como quem fará as privatizações da melhor maneira.

Concessão é privatização

Dilma começou o anúncio do plano negando que esteja privatizando rodovias e ferrovias. O Ministro Guido Mantega também tentou exibir seus malabarismos discursivos: “Olha, Parceria Público-Privada: o setor privado é quem vai fazer os investimentos, então, privatizando o que? Privatização é quando você vende um ativo público para o setor privado. Nesse caso, é uma parceria, é outra modalidade”. De fato é outra modalidade, diferente da venda de empresas estatais, mas ainda assim é privatização. Por meio da concessão, “aluga-se” a exploração de determinados ramos, assim como acontece com as empresas de energia, mineração, transporte coletivo, canais de televisão, telefonia etc. Na prática, as concessionárias atuam como donas mesmo, imperam os interesses privados e o Estado perde qualquer possibilidade de regulação diante da intocabilidade da propriedade privada.

Ou seja, a privatização se dá de várias formas: leilão, venda por licitação, venda da maioria das ações com direito a voto, venda de todas as ações com direito a veto em questões estratégicas, PPPs, quebra de monopólio estatal de setores estratégicos, desregulamentação

de setores monopolizados; permissão da entrada de grandes grupos internacionais; entrega da gestão ao capital privado, etc. Vemos, desta maneira, que o PT não rompeu com o modelo privatista. O que dizer do favorecimento ao ensino privado via PNE, PDE, REUNI e PROUNI? Como nominar a criação da EBSERH, uma empresa pública de direito privado criada para gerir os hospitais universitários a não ser como privatização? O PT só não fez privatizações de grandes estatais por que as mais rentáveis já foram vendidas pelo PSDB.

Continuidade das privatizações

No início da década de 1990, foi definido o Programa Nacional de Desestatização (PND), que, afinado com as orientações dos organismos imperialistas, e do chamado neoliberalismo, pretendia entregar setores controlados pelo Estado à iniciativa privada. Tal plano iniciou-se com a privatização da Usiminas e foi continuado até o presente momento. No governo Lula, por exemplo, houve os leilões das concessões para exploração da transmissão de energia, prevista no PND. Houve também a privatização de bancos estaduais, leilão das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e a entrega de ações de empresas já privatizadas

em que o Estado era acionista minoritário. Dilma já privatizou vários aeroportos, sem nenhuma restrição ao capital estrangeiro. Percebe-se que a ruptura com a “privataria tucana” nunca se deu, o que ocorreu foi um processo de continuidade adaptado às necessidades da burguesia nacional e internacional (em maior medida).

A trajetória do PT comprova o esgotamento histórico do reformismo. O partido criado na década de 1980, com a proposta de democratizar o estado burguês, retirá-lo das mãos das elites, das oligarquias, e apoiado em uma burguesia progressista favorecer os trabalhadores, já foi desmascarado. Pactuou com o capital financeiro antes de chegar ao poder, se lançou no lodaçal das negociatas das quadrilhas que administram o Estado burguês, ficando nas mãos das oligarquias mais retrógradas. Amplia a repressão aos movimentos sociais, com a criação da Guarda Nacional e aprofundamento das leis antigreve. Em sua marcha rumo à revolução social, os oprimidos terão de passar por cima do programa reformista, expresso no governo, nas ilusões parlamentares, nas burocracias sindicais, estudantis e camponesas e até mesmo no centrismo, que acaba reeditando as propostas do velho reformismo, mescladas com referências a uma revolução em abstrato.

PT é julgado pelo mensalão no STF

Nas duas edições anteriores do Massas, publicamos artigos de análise do conteúdo do julgamento do mensalão no STF. Sua essência:

1) O PT, ao se meter a gerir o Estado capitalista, ao invés de transformá-lo, assimilou as características próprias dos partidos burgueses: fisiologismo, corrupção, oligarquizou-se. O mensalão, que não é criação do PT (mas do PSDB de Minas Gerais), foi instituído como meio de compra de votos de parlamentares em favor do governo. A compra de votos e apoio sempre existiu, e se dava por meio de concessões de fatias do orçamento, administração de estatais etc. A inovação foi apenas a mesada em dinheiro paga aos deputados. Para fazê-la, foram utilizados recursos públicos maquiados na forma de empréstimos fraudulentos e pagamentos de serviços publicitários a agências. O problema estourou por conta da contrariedade do presidente do PTB, Roberto Jefferson, em relação ao comando dos Correios. O PT, partido estranho à burguesia, passou a assumir uma grande fatia da administração da máquina estatal, em detrimento das gangues burguesas. Isso gerou grande descontentamento, que levou ao escândalo do mensalão, que quase derrubou Lula.

2) O julgamento do mensalão pelo STF é parte da disputa política interburguesa. Trata-se de um julgamento político, que contradiz uma série de preceitos básicos da justiça burguesa. Responde a uma pressão de frações burguesas interessadas em tirar proveito eleitoral das falcaturas do PT no governo. Esse julgamento não tem nada a ver com as massas, pois todos os bandos burgueses roubam o Estado, e os juízes também estão metidos com a corrupção e inocentam vários capitalistas e parlamentares ladrões comprovados.

3) O PT alega que não cometeu crime de corrupção, mas apenas de caixa 2. Não importa pelo que será condenado, mas sim que se meteu com a corrupção burguesa e se submete ao julgamento pelas instituições da burguesia, pelo STF corrupto.

4) A CUT apóia os petistas pelo vínculo da política pró-patronal que pratica. Não expressa o pensamento dos explorados, apenas da casta burocrática colaboracionista. Os explorados não têm nada a ver com a disputa interburguesa em marcha. O PT está numa encenada criada pela sua própria política, pela sua adaptação ao funcionamento da máquina estatal burguesa, dentro da qual se meteu. As massas é

que podem julgar os crimes cometidos pelo PT e pela burguesia no seu conjunto, através dos Tribunais Populares. Os delitos do PT se enquadram nos crimes da classe capitalista. O julgamento no STF é um acerto de contas entre PT e oposição burguesa, que não se deve reivindicar.

O que temos visto no julgamento? Primeiro, a manobra do PT em atrasar a votação, que impedirá o ministro Cesar Peluzo de participar até o fim da votação. Depois, a manobra do relator, Joaquim Barboza, de faltar as decisões, de forma a permitir a condenação de parte dos acusados. A seguir, a leitura dos votos começando não pelo comando do esquema, que estaria nas mãos de José Dirceu, mas da ponta de saída do dinheiro, das agências de Marcos Valério, do Banco do Brasil e do Banco Rural. E do pivô da distribuição do dinheiro aos parlamentares, o então presidente da Câmara João Paulo Cunha. Cesar Peluzo votou nessa fatia e se aposentou. A imprensa já pôde fazer um estardalhaço por conta do petista candidato à prefeitura de Osasco, João Paulo Cunha, condenado por maioria, e da condenação quase unânime ao redor dos peixes pequenos do Banco do Brasil, Banco Rural e dos publicitários. Soltou-se um balão de ensaio para se medir as reações. Novas votações virão, agora sem uma maioria opositora ao PT definida. Pode haver empate, que absolve os acusados. É possível que mais alguns sejam condenados. As condenações não podem ser totalmente favoráveis a um lado ou a outro. É preciso criar munição para que PT e PSDB continuem se atacando, com o PT ainda mais submisso à burguesia, suas instituições e partidos, sem comprometer totalmente a imagem do tribunal e da justiça burguesa. Se de um lado há pressões de frações burguesas interessadas em pôr fim aos governos petistas, de outro há a preocupação em não atacar governos com apoio popular, controle sobre os sindicatos e centrais e principalmente, que atendem às demandas dos capitalistas.

A renúncia de João Paulo à sua candidatura, assim como o não lançamento de candidato em São Caetano (onde há denúncias de um mensalinho) respondem às pressões de maior disciplinamento (submissão) do PT.

Está claro que o Supremo apresentará condenações, seguindo a enorme campanha da grande imprensa. E por quê? Porque se trata de um julgamento político do PT. A cúpula pequeno-burguesa petista

que se arvorou no passado acabar com o poder das oligarquias deve passar pelo purgatório e pelo inferno do tribunal burguês. A bandeira dos imbecis do PT é pequeno delito diante das falcaturas dos governos do PSDB e do escândalo envolvendo todos os partidos com o

facinora Carlinhos Cachoeira e a Delta Construtora. As massas olham sem o menor interesse o que se passa no Supremo. Estão fazendo seu próprio julgamento com a política de Lula e de Dilma, cuja máscara reformista desmancha-se aos poucos.

Enfrentar a repressão patronal Pela readmissão dos grevistas da Abreu e Lima

Os operários que constroem a Refinaria Abreu e Lima, na região portuária de Suape, próximo de Recife, Pernambuco, reagiram duramente contra a posição do Sintepav-PE (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Pesada), que aceitou a proposta patronal de reajuste salarial de 10,5%, quando a reivindicação era de 15%. No dia 27 de julho, ocorreu a última rodada de negociação, na qual a patronal rebaixou as exigências dos trabalhadores. No dia 1º, iniciou-se a greve.

A direção do Sintepav, vinculada à Força Sindical, decidiu por conta própria fechar o acordo. Ao apresentar a contraproposta de 10,5%, vale alimentação de R\$ 260,00 e equiparação salarial entre funcionários com atividades semelhantes nas diferentes empresas que tocam a obra, os burocratas se depararam com o profundo descontentamento dos trabalhadores. O patronato, receoso de que poderia haver uma greve, aceitou a reivindicação de trabalho igual, salário igual. Com isso esperava dividir os operários, que formam um contingente de 44 mil homens. Mas os 10,5% eram insuficientes diante de tamanha exploração.

A assembleia não aceitou passivamente, como é comum nas categorias em que a burocracia domesticou os trabalhadores, e decidiu pela greve. A direção do Sintepav ficou surpresa. Achou que seria levada no ombro pelos peões de obra. Os 10,5% lhe pareceu grande coisa e a equiparação de ganho para trabalho igual foi apresentada como vitória. Ocorre que o custo de vida está acima da inflação oficial. O regime de trabalho é brutal. E a equiparação tão-somente foi um reconhecimento, pelos 16 consórcios empresariais, de que vinham abusando dos operários. Assim, a burocracia forçista teve de engolir o NÃO da assembleia radicalizada.

No dia 8, os presentes à assembleia receberam a notícia de que a justiça do trabalho, no dia 6, havia decretado a greve ilegal e abusiva. Tem sido comum, em várias situações, a burocracia convencer os grevistas a voltarem ao trabalho para que o sindicato não seja punido com gigantescas multas e para que não haja demissões com justa causa. No entanto, essa regra não funcionou para os trabalhadores enfurecidos com os dirigentes colaboracionistas, sabotadores das reivindicações, e com a arbitrariedade da justiça burguesa. Foi então que a greve se transformou em revolta coletiva. Os operários se lançaram contra os ônibus, apedrejando e incendiando alguns deles.

Acusados de violência contra o patrimônio público, Jhormett da Cunha Moura e Raimundo Ita de Amorim Filho foram presos. O Sintepav e a Força Sindical condenaram o levante e justificaram perante a justiça que também foram vítimas do vandalismo e que por isso não poderiam ser responsabilizados. Não teriam de pagar a multa de R\$ 5 mil diária, porque afinal o sindicato aceitou o acordo e a greve foi contra a sua vontade. O Sintepav procurou negociar os dias parados, para que não houvesse descontos. Mas a patronal não aceitou, o que tirou um trunfo da burocracia para convencer os trabalhadores a voltarem à obra.

Miguel Torres, que ocupa transitoriamente a presidência da Força, substituindo Paulo Pereira (Paulinho) (no momento em campanha eleitoral à prefeitura de São Paulo), recorreu ao Tribunal Regional do

Trabalho (TRT), para apoiar o Sintepav na tarefa de fazer os operários acabarem com a greve. Os burocratas justificaram que 70% queriam o retorno da normalidade e que havia infiltrados insuflando a continuidade por meio da violência.

A saída para quebrar a revolta era reprimir com a força policial. O sindicato patronal (Sinicon) exigiu reforço da repressão.

Surpreendentemente, os operários que constroem o estádio Arena da Copa, no município de São Lourenço da Mata, decidiram parar as obras. Mostraram sua desaprovação à direção do Sintepav. Em dezembro de 2011, haviam suspenso a greve sob pressão da burocracia traidora. Está mais do que claro que há uma rejeição dos peões da construção civil à direção burocrática e conciliadora da Força Sindical.

A revolta do dia 8 expressou o ódio profundo dos explorados. Objetivamente expôs as dificuldades da burocracia em submetê-los e domesticá-los, como exigem os patrões, a justiça e o governo. O acordo do dia 27 no TRT, a sua defesa pelo Sintepav no dia 1º e a decretação da ilegalidade no dia 8 exasperaram o ânimo coletivo. Foram as ações patronais que compareceram como violência aos que vivem sob a batuta diária do poderoso consórcio contratado pelo governo. Diz-se das águas que tudo arrastam, violentas, mas não se diz que violentas são as margens as comprimem. Essa imagem serve bem nesse caso.

Refluída a greve e as manifestações, os capitalistas anunciaram a demissão de 500 operários – estima-se que podem chegar a 1.000. A burocracia se congratulará com a patronal e o governo. É por essa via e outras mais violentas que se procura dobrar a classe operária. Ataca-se a vanguarda das lutas: os mais aguerridos e os mais conscientes.

Desgraçadamente, a maioria dos sindicatos está controlada por dirigentes acomodados, corrompidos e comprometidos com os interesses capitalistas. Está aí o perigo de os operários do complexo de Suape ficarem isolados e não reagirem aos facões patronais, que lhes começam a cortar as cabeças mais ativas e mais lúcidas da greve.

O movimento sindical vem colhendo há tempo as decisões da justiça que impõe a caracterização de abusividade, que expede multas milionárias e que decreta o fim das greves. Juízes completamente alheios à brutalidade sofrida pelos trabalhadores e à penúria de suas famílias acatam o chamado dos capitalistas para que sejam protegidos contra as greves, um dos recursos mais importantes que os assalariados têm para se defenderem.

Mas é pela experiência com a opressão burguesa que a classe operária forjará sua direção revolucionária, libertará os sindicatos dos traidores e recorrerá à construção de seu partido marxista-leninista-trotskista. O POR em construção está inteiramente do lado dos operários. Coloca-se pela campanha nacional contra as punições e as demissões na Refinaria Abreu e Lima. Denunciamos a responsabilidade de Dilma Rousseff e do PT. Levantamos a bandeira de fim da lei anti-greve. Fim da indústria das multas anti-sindicais! Nenhuma prisão de grevista! Nenhum processo aos lutadores! Nenhuma demissão!

Viva a revolta dos operários contra a burocracia vendida, os patrões e o governo!

Notas sobre a barbárie

Desperdício e miséria

A jornalista Dina El-Boghdadi publicou no The Washington Post uma matéria que mostra o desperdício de cerca de 40% dos alimentos consumidos pelos norte-americanos. Anualmente, jogam-se fora US\$ 165 bilhões em alimentos, cujo destino são os aterros sanitários. Esse monstruoso número foi apurado pelo Conselho de Defesa dos Recursos Naturais. Uma das explicações da jornalista para que uma família média de 4 pessoas desperdice o equivalente a US\$ 2.275 em comida por ano se deve ao baixo preço dos alimentos.

Segundo o relatório do Conselho de Defesa, o americano médio desperdiça dez vezes mais comida do que um consumidor do Sudeste Asiático e 50% mais que nos anos 70. Mas a destruição de alimentos não ocorre apenas pelo consumidor. “Na fazenda, os plantadores, às vezes, não colhem os alimentos em razão dos preços ruins do mercado (...). Ou então: “O mercado também obriga os plantadores a selecionar as plantas que colhem, removendo alimentos com manchas ou defeitos cosméticos.”

Alguns casos: “O relatório cita um fazendeiro que estima que 75% dos pepinos que ele joga fora são comestíveis e uma empresa embaladora de tomate que afirma poder encher um caminhão de lixo com cerca de 10 mil quilos de tomates descartados a cada 40 minutos.” Os supermercados são uma máquina de destruição: “O governo estima que supermercados percam US\$ 15 bilhões por ano só em frutas e legumes não vendidos.”

Não faltam campanhas para diminuir tamanha monstruosidade. Os restaurantes são chamados a doar o que sobra e “reduzir os 36 milhões de toneladas enviados aos lixões a cada ano”. Segundo o artigo, o “Parlamento Europeu aprovou uma resolução que cortará o desperdício pela metade até 2020”. Na Inglaterra, “alguns varejistas já estão usando promoções para desencorajar os consumidores a comprar mais do que precisam – do tipo ‘compre pela metade’, em vez da tática de ‘compre um, leve dois’, usada nos EUA”.

Os dados sobre a quantidade de alimentos perdidos são aterradores. As soluções aventadas no artigo reforçam a incapacidade da burguesia de solucionar a barbárie capitalista. O excesso de riqueza concentrada em poder da minoria está em em contradição com o excesso de pobreza da maioria. Essa relação tende a crescer, uma vez que se manifesta como consequência do sistema de exploração capitalista do trabalho.

Não é por acaso que a perda de montanhas de alimentos por razões econômicas ocorre na potência que domina o mundo. Os Estados Unidos com toda sua riqueza espelha plenamente a barbárie capitalista. Ou seja, concentra as contradições fundamentais do modo de produção, apropriação privada e distribuição de riqueza.

O enorme desperdício de alimentos que poderia matar a fome de milhões faz parte da anarquia social da produção. Para planejá-la, é preciso transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista.

Espanha – saque em supermercados

O Sindicato dos Trabalhadores da Andaluzia (SAT) apoiou a decisão de centenas de trabalhadores de invadir e saquear supermercados em Écija, na região de Sevilha. O sindicalista José Caballero justificou a medida com a taxa de desemprego de quase 34% da população de Andaluzia.

Ir aos supermercados e expropriar alimentos segue o imperativo da fome. Os trabalhadores e suas famílias estão premiados pelo desemprego em massa e pela redução dos salários.

Nessa região tão afetada pela crise capitalista, foram constituídos “bancos de alimentos”, que amenizam os estômagos de milhares. Os carrinhos com leite, macarrão e outro produtos de primeira necessidade retirados dos supermercados foram entregues aos “bancos de alimentos”, como forma de mostrar que se trata não somente de um saque, mas de uma ação política do sindicato.

Como não poderia deixar de ser, os donos do comércio exigiram punição aos expropriadores por seus “injustificáveis atos de violência”. Pousando de bons samaritanos, alegaram que abaixaram os preços das mercadorias para se “solidarizar” com a população. A burguesia pode impor a fome a uma multidão de seres e isso não é violência. Pode cortar verbas para a saúde e educação, e isso não é violência!

O governo de Mariano Rajoy atacou o sindicato e os manifestantes por manchar a imagem da Espanha no exterior. O Partido Popular (PP), na voz de Alfonso Alonso, reclamou: “Agora é tempo de agir com lealdade e apoio ao governo. Nossa solvência e nossa seriedade estão sendo julgadas”. A solvência e a seriedade aludidas se dão à custa de demissões em massa e sacrifício da maioria dos espanhóis.

Em resposta o SAT acusa os planos de ajuste decretado pelo governo, que serve aos interesses do capital financeiro, e pleiteia um “programa de renda mínima”, para amparar as famílias sem recursos. Está claro que o crescente desemprego, cortes salariais, aperto na previdência e aumento dos impostos sobre a população vão impulsionar ainda mais a barbárie. As medidas de defesa como os saques, bancos de alimentos e implantação de renda mínima não darão conta das consequências sociais da crise.

A classe operária terá de se unir em todo o país em defesa de um programa revolucionário. É necessário derrotar as diretrizes ditadas pelas maiores potências européias – Alemanha, França e Inglaterra – à Espanha. *Essa tarefa poderá começar pelas reivindicações de fim do desemprego e proteção da família trabalhadora contra a miséria. As bandeiras de escala móvel das horas de trabalho, controle operário da produção, constituição dos comitês de base anticrise e estatização imediata, sem indenização do capital financeiro deve ser o ponto de partida da luta operária.*

O programa da revolução proletária objetivamente se impõe. O que exige a constituição do partido marxista-leninista-trotskista na Espanha.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Matança no Estado de São Paulo

Em 2011, foram registrados 2.390 homicídios. Nos sete meses de 2012, 2.530. A Polícia é responsável por boa parte das mortes. O número estarrecedor alertou instituições de direitos humanos. O governo do Estado, controlado pelo PSDB, se viu obrigado a dar uma satisfação.

Bastaram as denúncias contra as execuções para que Geraldo Alckmin comemorasse a queda de homicídios no mês de julho, que passou de 396 no ano passado para 347. Diante da calamidade, a corporação militar retraiu um pouquinho sua sanha assassina. Assim que passar o alvoroço das denúncias, os índices voltam a crescer. A mortandade promovida pela polícia é um fenômeno social crônico.

O Instituto Sou da Paz fez um levantamento sobre as ocorrências policiais que acabaram em mortes, no período de 2001 a 2010, e concluiu que 93% eram da periferia e que a maioria era de negros e pardos. O que mais impressionou o Instituto, segundo a notícia do jornal O Estado de São Paulo, é que 60% dos mortos tinham entre 15 e 24 anos. Resumindo: a polícia mata pobres, a maioria de jovens e de cor negra.

Não há novidade nesses números tétricos. Mas há um dado que desperta a atenção. Entre as vítimas da polícia 9% é de jovens com 16 e 17 anos. A fluência de adolescentes para o crime

vem crescendo. Pertencem às famílias mais pobres de bairros como Cidade Tiradentes, Itaquera, Sapopemba, Capão Redondo, etc. As condições miseráveis de existência e a expansão do narcotráfico – apoiado pela própria polícia – empurram a juventude para a destruição.

O comandante da Polícia Militar do Estado de São Paulo chegou a sugerir que talvez uma forma de diminuir a letalidade de sua corporação seria pagar mais ao policial que matar menos. Soou como uma confissão. O trabalho criminoso da instituição que supostamente deveria combater o crime reflete como uma das contradições do capitalismo. Não se encontrará solução para ela enquanto perdurarem as leis econômicas e sociais que obrigam a existência de um Estado policial.

O programa da classe operária prevê a dissolução do aparato repressivo e o armamento das massas. Essa tarefa somente poderá ser realizada destruindo o poder da burguesia sobre a economia e toda a sociedade. As reivindicações que defendem a população e a juventude são aquelas que exigem emprego, salário, escola, saúde e lazer. Serão arrancadas pelo proletariado organizado desde as fábricas, até os bairros populares. Denunciamos os crimes da polícia como crimes do capitalismo contra as massas oprimidas.

Pela autodeterminação dos povos indígenas

Publicamos manifesto de denúncia contra o ataque de fazendeiros contra os povos indígenas. O Partido Operário Revolucionário se soma à campanha de defesa das terras indígenas e expulsão do poder econômico invasor. Vem recrudescendo a disputa territorial com latifundiários, madeireiros e mineradores. O próprio governo enfrenta a resistência indígena contra a construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte, em Altamira.

Há terras não demarcadas, cuja demora do Estado em entregá-las aos povos indígenas incentiva a cobiça dos capitalistas. E os territórios já reconhecidos sofrem com a ofensiva dos exploradores que não respeitam o controle indígena das terras.

Os invasores usam o terror para ocupar o território e para realizar suas atividades econômicas. A descrição do que se passou na aldeia dos Guarani-Kaiowás retrata bem como os capitalistas defendem seus interesses com a violência reacionária e como o Estado os protege.

A classe operária poderá unir a maioria oprimida do País em torno de seu programa e cumprir a exigência dos indígenas de se respeitarem seus territórios e sua autodeterminação. Para isso, é necessário construir o Partido Operário Revolucionário.

Não há solução para a luta dos indígenas no quadro do capitalismo. Nenhum território demarcado estará em seu poder. O capitalismo penetra incontrolavelmente em qualquer lugar. O programa do POR defende a autodeterminação dos povos indígenas, como produto da revolução proletária e como um caminho para unir os povos oprimidos em torno da construção do socialismo.

Assassinos de Indígenas: Guerra aos Guarani-Kaiowá é declarada esta semana no Mato Grosso do Sul

“Se o Governo quer guerra, vai ter guerra. Se eles podem invadir, então nós também podemos invadir. Não podemos ter medo de índio não. Nós vamos partir pra guerra, e vai ser na semana que vem. Esses índios aí, alguns perigam sobrar. O que não sobrar, nós vamos dar para os porcos comerem”. Este foi o depoimento do fazendeiro, Luis Carlos da Silva Vieira, proprietário de terras no município de Paranhos, estado do Mato Grosso do Sul. Lenço Preto, como também é conhecido, declarou, no último dia 18, para o site de notícias midia-max.com que o ataque armado contra os povos indígenas Guarani e Kaiowá terá início nesta semana, 20.

Os povos Guarani-Kaiowá, que vivem historicamente naquela região, foram expulsos das suas terras a partir da década de 40. De lá para cá, as armas do agronegócio vêm exterminando os indígenas. Cansados de esperar do Governo a homologação de suas terras, os Kaiowás iniciaram, nas últimas décadas, o processo de retomada pacífica das suas terras de origem. A única resposta dada aos indígenas vem em números. Em nove anos, mais de 270 lideranças Kaiowás fo-

ram assassinadas no Mato Grosso do Sul a mando de fazendeiros. Esse processo de genocídio e etnocídio, iniciado há mais de 500 anos no nosso país, se intensifica. É o que está acontecendo, neste exato momento, na aldeia Arroyo Corá, localizada no município de Paranhos, 477 km de Campo Grande (MS), fronteira Brasil/Paraguai.

No dia 10 de agosto, os indígenas da Aldeia Arroyo Corá iniciaram na região as manifestações pacíficas de retomadas de terra. Segundo relato divulgado na carta aberta da Aty Guassu (Assembléia Kaiowá), as manifestações tiveram início às 5h da manhã do dia 11. Por volta das 8h, quatro caminhonetes chegaram no local com 50 homens fortemente armados. Os pistoleiros se dividiram em três grupos e cercaram num raio de 200 metros a manifestação indígena. “Esses homens armados se dividiram em três grupos e começaram a nos cercar e se aproximar de nossa manifestação, mirando as armas de fogos em nossa direção, ficamos na mira de 50 espingardas (calibre 12), eles vieram lentamente se aproximando e se abaixando, de 200 metros, ao mesmo tempo, eles começaram atirar em nós, só ouvimos tiros,

gritaria e fumaças em nossas direções e chuva de balas, diante disso, juntos aos tiros ouvimos choro das crianças e mulheres”, relatam indígenas na carta.

Segundo os próprios indígenas Kaiowá, o disparo de tiros durou, aproximadamente duas horas. Logo depois, as caminhonetes voltaram próximas ao conflito e descarregaram mais munição para os pistoleiros.” Aproximadamente por duas horas consecutivas, eles atiraram em nossa direção, nós já estávamos escondidos atrás das árvores e outros deitados nos córregos e na lama. Os homens-pistoleiros riam, riam muito de nós e falavam gritando ‘vocês índios merdas! já morreram todos aí’. ‘Hoje, nenhum índio vai sair vivo daqui’. Num momento depois, bem perto dali, vimos carros chegando e várias caixas de balas descarregando das caminhonetes”, relatam indígenas.

Os tiros voltaram a ser disparados contra os indígenas às 14h e só cessaram às 16h. O indígena idoso e deficiente, Juam, foi morto e teve o corpo levado pelos pistoleiros. Uma criança de 9 meses também foi assassinada no confronto, além do desaparecimento do indígena de 50 anos, Eduardo Pires. Até o exato momento, o Governo Brasileiro não interveio no conflito. Segundo indígena que não quer se identificar, quatro policiais da Força Nacional estiveram no local, mas foram expulsos pelos pistoleiros. Em nota, os Kaiowás afirmaram que a Funai e a Polícia Federal estiveram no local do conflito, mas não garantiram proteção aos indígenas. “Quando as viaturas da Polícia Federal, Força Nacional e Funai chegaram ao local, saímos todos da mata, do brejo e dos dois córregos, levamos os agentes federais direto à sede de uma casa dos pistoleiros das fazendas, e encontramos ainda um homem

que atirou sobre nós, reconhecemos, indicamos e apresentamos aos agentes da polícia, mas a polícia alegou que iria investigar o caso.

Ainda segundo a nota, os indígenas afirmam que os policiais da Força Nacional culpam os Kaiowás como provocadores do confronto. “vocês também estão invadindo as fazendas né? por isso, que tudo de ruim está acontecendo com vocês”. Na noite do dia 11, os indígenas imploraram que a Força Nacional e a Funai permanecessem no local para garantir a segurança dos Kaiowá, porém logo após recolher as balas e cartuchos encontrados no local do confronto, os agentes e a Funai negaram proteção alegando que deveriam voltar a cidade para continuar as investigações.

Segundo liderança Kaiowá que esteve neste fim de semana na região da aldeia Arroyo Corá, os fazendeiros estão comprando armas de grosso calibre no Paraguai. “Os fazendeiros estão comprando armas de grande porte, munição e contratando pistoleiros do Paraguai. Sem contar com os pistoleiros da Sepriva”, afirma liderança. A empresa de segurança privada Sepriva tem uma lista de 20 nomes das principais lideranças Kaiowá marcadas para morrer. Esta lista vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos.

A guerra foi declarada no território do Mato Grosso do Sul. Os fazendeiros estão fortemente armados, dispostos a intensificar o extermínio do povo Guarani Kaiowá. Os indígenas defenderão suas terras históricas até a morte. O governo Dilma assiste de camarote ao genocídio e etnocídio praticado no território brasileiro. O sangue indígena é derramado em nome do progresso. Estado Brasileiro: Assassino de indígenas.

Bahia

Só com unidade e combatividade na luta é possível vencer a intransigência do governo Dilma Rousseff (PT)

Após dois meses de luta do funcionalismo público federal, com intensa mobilização de categorias em todo o país, o governo federal reabriu as mesas de negociação a partir do dia 13 de agosto, menos para os professores das Instituições Federais de Ensino (IFES). As diversas categorias lutam pela valorização e estruturação das carreiras, além do reajuste inflacionário do período anterior (2008-2012), em torno de 22,8%. Todas as categorias receberam uma proposta única do governo: 15,8% de reajuste para os próximos três anos. Evidentemente, a proposta ignora as perdas acumuladas dos últimos quatro anos (22,8%) e sequer supre as perdas futuras. Trata-se também de um percentual que não atende igualmente a todos os níveis de uma dada carreira. Diferentemente do que propagandeia a grande imprensa, não se trata de um reajuste linear. Tal reajuste, em boa parte das negociações, supõe minimizar apenas as chamadas “distorções internas” de cada carreira, como equiparação salarial de planos de cargos distintos em uma mesma carreira ou incorporação de benefícios ao vencimento básico. Mesmo quando se trata de aumento real, este está atrelado ao aumento da gratificação de desempenho em detrimento do vencimento básico (sem a incorporação, portanto, deste mínimo reajuste aos proventos de uma futura aposentadoria do servidor).

O governo federal, ao longo do tempo e respondendo a

demandas corporativas diferenciadas, dividiu as carreiras do funcionalismo público federal em quatro grandes categorias: carreira básica; carreiras específicas, ciclo de gestão e carreiras típicas de estado. Na carreira básica, estão as carreiras integrantes do PGPE (Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – lei 11.357/2006) e PST (Previdência, Saúde e Trabalho), que englobam órgãos como a FUNAI, que não possuem planos de carreira específicos. Via de regra, a carreira básica (vulgo “carreirão”) é o estrato mais desvalorizado do serviço público federal, com as piores condições de trabalho e tabelas remuneratórias. Ocupam o piso salarial do funcionalismo federal. Alguns órgãos específicos possuem seus próprios planos de carreiras (leis próprias), como por exemplo o INCRA, o IBAMA, o DNPM e as Agências Reguladoras Federais. Percebem remuneração ligeiramente diferenciada em relação à carreira básica (devido a entendimentos momentâneos de governo a governo em relação à “relevância” daquele órgão para o Estado Brasileiro). No ciclo de gestão, estão as carreiras típicas de Estado (sem as quais qualquer Estado não opera) que compõem as tarefas específicas de administração da máquina pública: servidores do Ministério do Planejamento, do Banco Central, da Agência Brasileira de Inteligência, entre outras carreiras. Percebem remuneração por subsídio – parcela única e bastante

superior às carreiras anteriores. Por último, as carreiras típicas de Estado compõem o seu braço arrecadador e policial, com carreiras como a Receita Federal e a Polícia Federal. Também percebem por subsídio e ocupam o topo da carreira pública federal. Entre o menor nível da carreira básica, o cargo de Nível Auxiliar AI do PST (percebe em torno de R\$1.500,00) e o maior da carreira típica de Estado, Polícia Federal Nível Especial III (percebe em torno de R\$24.000,00) há um fosso remuneratório gigantesco que termina também por dividir as categorias do funcionalismo em luta.

A severa estratificação do funcionalismo, fruto de um longo histórico de lutas isoladas e corporativistas – remontando ao sindicalismo de resultados encampado por partidos que dirigem grande parte das entidades do funcionalismo, como PT e PCdoB – torna os momentos de união das categorias exceções na imensa arena de lutas erguida nos últimos meses. Entre as largas avenidas da Esplanada dos Ministérios, nas inúmeras marchas e manifestações ocorridas durante esse último período, não era incomum ouvir: “o que impede o atendimento da pauta de reivindicações de nossa carreira é o pleito daquela outra carreira”, “deixa o governo tratar com as carreiras básicas primeiro, o melhor virá depois”, “a nossa estratégia é só garantir uma proposta diferenciada para a nossa carreira”, entre outras declarações que legitimavam o divisionismo e o ultra-corporativismo decorrentes da atual política sindical.

Valendo-se do divisionismo entre as categorias e do aparato burocrático e colaboracionista dos sindicatos e centrais sindicais governistas (à exceção do ANDES e SINASEFE, ligado ao CSP-Conlutas, todos os demais sindicatos e centrais sindicais são dirigidos por partidos de sustentação ao atual governo reformista), o governo federal instalou mesas de negociação em separado para cada categoria. Desde o dia 13 de agosto, uma extensa agenda de reuniões com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT-MPOG) vêm ocupado a pauta das inúmeras categorias mobilizadas. Uma após outra, as categorias sentaram-se com o governo federal para ouvir, invariavelmente, a proposta de reajuste de 15,8% para os próximos três anos, perfazendo, como dito anteriormente, ajustes internos em cada carreira e não uma efetiva reposição salarial.

Anteriormente, o governo havia sentado à mesa de negociação com as três entidades presentes no movimento docente federal (ANDES, SINASEFE e PROIFES), apresentando uma proposta rebaixada e fragmentadora da carreira docente. A proposta não só não significava qualquer reajuste salarial, como proporcionava perdas históricas. O PROIFES, como braço do governo no movimento docente, tratou logo de aceitar a proposta rebaixada, traindo vergonhosamente a categoria. Na verdade, a categoria desmente os dados do governo e continua mobilizada em torno de sua pauta principal de estruturação da carreira docente federal.

No que se refere aos demais servidores federais, após ouvirem a proposta vergonhosa de reajuste pelos negociadores da SRT-MPOG, as direções tentam – definitivamente isoladas – em cortejo ao Congresso Nacional e Gabinetes Ministeriais, na tentativa de, via articulação política externa à mesa de negociação e acordos com os respectivos Ministros de Estados e

parlamentares de cada frente corporativa, pressionar o Ministério do Planejamento a ampliar a generosidade de sua oferta. Nesse momento, é “revelado” aos sindicatos que a SRT-MPOG é apenas a ante-sala do verdadeiro poder executor da União.

Todo esse processo demonstra que o Estado comandado pelo governo petista de Dilma Rousseff (PT) nada mais é que “uma junta que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa”. As limitações políticas das atuais direções dos trabalhadores são responsáveis tanto pelo rebaixamento das reivindicações como pela fragmentação das diversas categorias, quando havia condições para a unidade de conjunto do funcionalismo público em sua luta contra a intransigência do governo federal. Parcela considerável da pauta de reivindicações das diversas categorias trata de pleitos não atendidos anteriormente. Apesar de toda a disposição de luta que a base dos servidores federais tem demonstrado nacionalmente, enfrentando inúmeras ameaças do governo federal, encontra-se politicamente ainda bastante desarticuladas.

Ao contrário das direções das entidades dos servidores públicos federais, o governo Dilma Rousseff (PT), através da SRT-MPOG, tem comparecido de forma dura e intransigente com o conjunto dos professores e servidores em greve. Em meio às especificidades de cada pauta de reivindicações e o divisionismo dos sindicatos, o fio que as tem unido tem sido a intransigência do governo e os diversos ataques e ameaças sofridos pelo funcionalismo público federal contra o livre exercício de seus direitos, particularmente, o direito de greve: as orientações para o corte de ponto do Ministério do Planejamento (*Comunicas*), o Decreto Presidencial 7.777/12 (substituição de servidores grevistas) e a assinatura do programa militar “Proteger” (intervenção das forças armadas em canteiros de obras e instituições essenciais), além de inúmeras declarações oficiais emitidos pela Presidência da República garantindo que, assim que acabar o atual movimento grevista, será editada lei para restringir o direito de greve para o funcionalismo federal e para restringir a realização de manifestações durante os próximos eventos internacionais (Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos das Olimpíadas de 2016).

Na próxima semana, entre 27 a 31 de agosto, será desfechada nova investida do governo federal contra os servidores, com a ameaça de não atendimento do pleito daqueles que permanecerem em greve. O governo redobra as suas ameaças e as bases mobilizadas deverão buscar forças contra o governo e contra os seus próprios sindicatos, que alcançaram o seu limite político na luta contra o governo que sustentam. A palavra de ordem do Partido Operário Revolucionário continua sendo a unidade na luta das diversas categorias e a defesa de seus direitos elementares de organização e manifestação.

Somente com a Unidade e Combatividade, isto é, a defesa das reivindicações elementares do conjunto dos professores e servidores públicos federais por meio do método da Ação Direta (greves, manifestações, ocupações, bloqueios, assembleias) será possível dobrar a intransigência do Governo Dilma Rousseff (PT) e arrancar as nossas reivindicações. As manobras parlamentares e eleitoreiras apenas sufocarão a disposição de luta dos servidores. ***Em defesa do Direito Irrestrito de Greve! Que o governo Dilma (PT) atenda às reivindicações de professores e servidores Já!***

Balanço da greve da Unifesp Guarulhos

Iniciada em 22 de março e concluída no dia 23 de agosto, a greve dos estudantes da Unifesp Guarulhos expressou mais uma vez a defesa do ensino público e a resistência ao Reuni. A maioria das reivindicações são as mesmas de 2010, ano em que o movimento grevista paralisou as aulas por 48 dias. A greve em 2012 durou cinco meses, teve duas ocupações, invasões da Universidade pelas polícias militar e federal, prisões e processos judiciais e administrativos contra estudantes. Sem dúvida, uma mobilização muito forte, mas também, muito reprimida pela Reitoria e o governo.

A solicitação de prorrogação da licitação em 16 agosto e o fracasso do processo licitatório de construção do prédio em 27 de agosto deixaram claro que a burocracia universitária não estava disposta atender a reivindicação dos estudantes de construção do prédio definitivo. A entrega do Dossiê pela saída da EFLCH do Bairro dos Pimentas à Reitoria em 25 de julho é outro elemento que evidencia a formalidade da negociação do Reitor com os estudantes, a começar por se negar a retirar os processos contra os lutadores, criminalizando o movimento estudantil e o método da ação direta.

Os problemas enfrentados na Unifesp de Guarulhos são uma amostra do que representa o REUNI. Uma universidade sem prédio, inaugurada em 2007, após cinco anos, com a entrada anual de aproximadamente 800 estudantes, faltam salas de aulas, laboratórios, restaurante universitário, moradia, creche, etc. Este quadro não se restringe ao campus de Guarulhos, é a realidade da maioria das IFES, consequência de uma expansão sem verbas. A luta das universidades federais se choca com a política privatista do governo Dilma/PT. Neste sentido, os docentes, técnico-administrativos permanecem tanto tempo em greve, mas o governo apresentou propostas rebaixadas.

Mas é preciso apontar também qual foi desde sempre o objetivo de um setor da burocracia universitária, desde a implantação da universidade no bairro, e que só se revelou quando surgiu formalmente a proposta de mudança para São Paulo. O fato é que a implantação da universidade num local empobrecido e distante atendeu a uma política de expansão do governo, acordada com a prefeitura local, e com claro interesse eleitoral. Diante disso, um núcleo burocrático, de posição elitista, contrário à instalação da Unifesp nos Pimentas, agiu, desde sempre, contra qualquer medida que fortalecesse a construção do campus no local. Sabotou como pôde o atendimento da reivindicação da população local de ter a universidade no bairro, bem como as reivindicações estudantis. A greve de 2012 provou a necessidade de condições elementares negadas pela burocracia. O governo se mostrou disposto a construir o reivindicado prédio. Foi então que o núcleo burocrático mais reacionário expôs seu objetivo de levar a Unifesp para São Paulo. A licitação não atraiu nenhuma empreiteira, o que mostra que nunca houve vontade real de construir o prédio. O governo federal se mostrou incapaz de se impor diante da burocracia elitista. O destino da universidade dos Pimentas depende da derrota dessa casta burocrática para manter a Unifesp em Guarulhos. Essa tarefa cabe ao movimento estudantil em unidade com a população assalariada da região.

Greve acaba sem atendimento das reivindicações

Após a barbaridade do dia 14 de junho, em que a polícia mi-

litar invadiu o campus reprimindo a luta política, o reitor Walter Manna Albertoni abriu negociações com o movimento grevista, e, quando tudo parecia encaminhado, nenhuma reivindicação até o momento de encerramento da greve foi atendida. A única medida certa anunciada pela Reitoria é o transporte universitário por meio da Ponte Orca; mesmo assim, não é a reivindicação de linhas regulares ou o sistema de Ponte Orca com acesso dos moradores ao transporte, reivindicado pelos estudantes.

O PSTU e PCB afirmaram que o movimento já conseguiu algumas “vitórias” – isto é falso. Este posicionamento serve para ludibriar os estudantes e negar as principais reivindicações, como a de construção do prédio e a retirada dos processos políticos. Mas, o que esperar dos que: tentaram impedir o avanço do movimento, que só foi possível pelas ocupações da Diretoria Acadêmica e do campus; e quando diante da repressão, os mesmos abandonaram a vanguarda (desocupação da Diretoria pela tropa de choque e prisão de 46 estudantes no dia 06 de junho); ou no dia 14 de junho, em vez de defender a integridade dos companheiros, pelo direito à liberdade de manifestação política, atacaram o movimento. O PSTU publicou texto intitulado de “O desastre da ultra” e o PCB fez coro juntamente com os morenistas acusando o movimento de ultraesquerdista.

Na assembleia do dia 23 de agosto, momento importante para reorganização do movimento, devido à saída dos professores da Universidade da greve e “adiamento” da licitação para construção do prédio, o PSTU fez uma proposta que abortou o debate sobre a avaliação do movimento grevista e da negociação da pauta de reivindicação com a Reitoria. Na presença massiva dos estudantes antigreve, que esperavam apenas para votar o fim da greve, propôs um ponto único de pauta “situação do campus”, com 20 falas de três minutos cada. Isto ficou expresso no fim da greve, com apenas duas falas pelo término dos vinte inscritos. Sair da greve sem nenhum encaminhamento concreto sobre o atendimento da pauta e com a vanguarda processada e ameaçada de expulsão não representa nenhuma vitória, fortalece ainda os argumentos da burocracia universitária para derrotar o movimento. O oportunismo destas correntes deve ser combatido com a reorganização da mobilização.

O episódio do dia 14 de junho, em Guarulhos, deixou às claras quais métodos que o governo utilizará para impor sua política privatista de ensino, os da criminalização e repressão. A violência utilizada pelos governos estaduais e federais (PM e PF) escancara a violência da burguesia em defesa de seus interesses de classe. O que vimos nos últimos anos é o aumento de medidas do governo federal de proteção e incentivo às redes privadas como PROUNI e FIES. Não é de interesse dos capitalistas, que têm na mercantilização do ensino um negócio rentável, o atendimento das reivindicações do ensino público.

Por isso, a defesa da universidade pública está diretamente relacionada ao combate ao ensino como mercadoria, pela expropriação de toda rede privada. Não existe correlação pacífica entre ensino público e privado, enquanto houver o privado, o público continuará definhando. A mobilização com o método da ação direta é o caminho capaz de conquistar as reivindicações e impor derrota ao governo. A atual crise na Unifesp Guarulhos só será resolvida com o atendimento da pauta reivindicatória dos estudantes.

Paraná: mobilização e ameaça de greve dos professores das universidades arranca reposição salarial

No dia 22 de agosto, o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), sancionou a lei que repõe 31,73% no piso salarial dos professores das IES paranaenses em quatro parcelas anuais de 7,14% a serem pagas no salário de outubro até 2015.

A tramitação dessa lei foi feita em tempo recorde – três dias desde o envio do projeto à Assembleia Legislativa. O próprio líder do governo, Deputado Traiano, confessou que a pressa na aprovação da lei se deveu ao medo do governo enfrentar uma greve dos professores do Estado, marcada para iniciar na semana da aprovação.

No cálculo do governo Richa, pesou o quadro da greve nacional do funcionalismo federal. Enfrentar os professores das universidades provocaria inevitavelmente uma greve que poderia estimular outras categorias que também têm pleitos pendentes com o governo. Tanto é assim que na sequência, também aprovou a reposição de perdas dos professores da rede estadual, que estava protelando fazia meses, repetindo neste caso o rito sumário sumarríssimo.

De parte dos professores das IES, no entanto, a aprovação da reposição impediu um movimento grevista que poderia impulsionar tendências, no seio dos professores, para superar o quadro de divisão e fragmentação da organização estadual.

Hoje existe uma profunda divisão no movimento estadual entre os sindicatos que representam os docentes, sindicatos mistos (professores e funcionários) e as seções sindicais do ANDES. Esta divisão é um bloqueio para se estruturar um movimento político contra o governo e limita o horizonte das mobilizações às questões salariais e corporativas.

É certo que uma greve – mesmo que limitada pela reposição salarial – confrontaria objetivamente os docentes com o governo e sua orientação privatizante. Poderia, inclusive, confluir com o movimento estudantil, que no vácuo da preparação da greve, já começou a se rearticular. No entanto, ao se frustrar a ameaça grevista, emergem com toda intensidade as tendências desagregadoras.

Estas tendências se manifestam no predomínio do faccionalismo das burocracias sindicais. Inicialmente nas universidades estaduais só havia sindicatos mistos – que representavam docentes e funcionários. Depois de 2000, o ANDES promoveu a criação de seções sindicais nas universidades fraturando a organização unificada. Em alguns lugares, como em Maringá, por exemplo, o grupo que criou a seção sindical foi o mesmo que perdeu a eleição do SINTEEMAR (sindicato misto). Os sindicatos mistos, que haviam sido retomados pela militância en-

gajada na luta contra o governo do Estado nas greves de 2000–2002, voltaram a ser dirigidos por velhos burocratas e pela CUT. Neste quadro, foi impossível encaminhar qualquer luta unificada, já há mais de quatro anos.

Outro fator de desagregação foi a orientação colaboracionista que estes sindicatos seguiram durante o governo Requião (PMDB; 2003–2010). Durante o mandato deste, todos os sindicatos abandonaram a reivindicação histórica de repor as perdas acumuladas desde agosto de 1995 (Lerner) e passaram a computá-las apenas desde 1997, com a intenção de “facilitar” ao governo do PMDB fazer a demagogia de repor as perdas acumuladas durante seu mandato. Neste quadro, as seções sindicais do ANDES, por exemplo, chegaram a afirmar depois de duas alterações parciais do Plano de Salário dos professores que não havia mais perdas acumuladas!

A movimentação grevista unificada que se conseguiu organizar nos últimos meses (entre maio e agosto) deve muito à iniciativa do próprio governo de juntar numa mesma mesa os sindicatos que se recusavam a encaminhar unificadamente a discussão da campanha salarial. Foi o governo do Estado que propôs um “Grupo de Trabalho” com os sindicatos para discutir o problema salarial. Só então, as diversas burocracias sindicais aceitaram conversar sobre o problema comum dos professores. Foi também nesse âmbito que se formulou a proposta de reposição pela via da equiparação com os técnicos de nível superior das IES como forma de recomposição salarial, abandonando explicitamente a luta pelas perdas acumuladas, critério que poderia unificar com os funcionários e com outras categorias.

A organização da paralisação unificada de professores por um dia (16 de agosto) foi assumida apenas por uma parte dos sindicatos, as seções do ANDES e o Sindipro/Aduel. Mas, até neste episódio se manifestou o mesquinho espírito de seita das seções do ANDES, que se atribuem de modo tacanho e exitista todos os “méritos” das supostas “conquistas”.

Este foi o primeiro *round* no enfrentamento com o governo. A orientação francamente privatista do governo Beto Richa lançará as universidades contra sua política antiautonomista e antidemocrática. Contudo, para enfrentar esses ataques será necessário recompor a frente política que se constituiu dez anos atrás depois das greves de 2000 a 2002, e que supere o limitado horizonte corporativo e burocrático dos sindicatos.

Apeoesp

O Boletim abaixo foi divulgado na reunião do Conselho Estadual da Apeoesp, realizada no dia 24 de agosto. A reunião tinha como objetivo aprovar uma proposta de Plano de Carreira, acordada na comissão paritária. A Corrente Proletária defendeu a sua rejeição e a convocação de uma assembleia.

A burocracia, que tem a maioria no Conselho, aprovou o documento, que está expresso no “caderno Conversas sobre a Carreira”.

Rejeitar a farsa do Plano de Carreira. Defender: trabalho igual, salário igual

Lutar pelas reivindicações coletivas dos trabalhadores da educação

Os governos se recusam a repor as perdas salariais e a implantar o piso salarial nacional, que em nossos cálculos deve ser de R\$ 4.000,00. Seguem a diretriz imperialista de corte de recursos para os serviços públicos. Assim, eliminam conquistas dos servidores e precarizam cada vez o trabalho docente, fatiando o magistério em categorias com salários e condições de trabalho diferenciados. Aumentam a exploração por meio da exaustiva jornada e pelas salas de aulas superlotadas.

E empurram milhares de docentes para outras redes de ensino. As consequências são visíveis: um professorado exausto e impaciente perante uma massa de crianças e jovens pauperizados.

Essa é a dura realidade para 200 mil professores da rede estadual. Os governos, que responsabilizam os docentes pelo fracasso escolar, favorecem as empresas com compras milionárias de livros, revistas, cartilhas e outros mecanismos de escoamento de dinheiro público

para proteger os capitalistas. Procuram acobertar a miséria em que se encontra a educação e os professores pela via da proteção aos capitalistas.

Quando a classe se levanta em greve ou manifestação exigindo salário, emprego e direitos, os governos utilizam a tática de reformular o Plano de Carreira. É o que se passa em São Paulo. Ao invés de atender as reivindicações, cria-se uma comissão de dirigentes sindicais e governo para discutir a Carreira. Passam meses elucubrando sobre concepção de escola, evolução, níveis, faixas, interstícios e outras conjecturas. Enquanto isso, a mobilização, que iniciou pela reposição salarial e pelo fim das leis malditas, vai sucumbindo. Depois que os professores estão céticos e desmobilizados, a burocracia do sindicato apresenta o resultado das negociações na tal comissão paritária.

Assim, o caderno “Conversas sobre a carreira” não é senão a expressão do fracasso da política da direção da Apeoesp diante das medidas violentas do governo. Sem a ação direta da classe, as “Conversas sobre a Carreira” só poderiam resultar em propostas que não dizem respeito às reais necessidades do professorado. Entre elas destacamos:

1. Mantém o piso salarial de fome;
2. Permanece a jornada de trabalho exaustiva;
3. Rejeita a estabilidade para os contratados;
4. Reforça o mecanismo de concursos públicos, portanto, seleção e demissão;
5. Divide o professorado em níveis, faixas e o submete aos interstícios;
6. Atribui ao professor a tarefa de elaborar o mecanismo que o responsabiliza pelo fracasso da aprendizagem, que é o “memorial digital”. O professor que não puder fazer os tais cursos e não realizar o “itinerário formativo” está sujeito à avaliação negativa por parte dos órgãos governamentais;
7. Aceita a prova de mérito;
8. Responsabiliza professor a fazer projetos para evoluir na carreira;
9. Submete os congressos e conferências do sindicato à evolução na carreira;
10. Amplia a concorrência nas escolas em torno dos fantasiosos planejamentos e outras panaceias;
11. Permanece o PEB1 com salário menor que o de PEB2;
12. Obriga o professor a fazer cursos em universidades privadas ou a distância;
13. Favorece as leis governamentais que impuseram a assiduidade e a permanência na mesma unidade escolar;
14. Idealiza os HTPCs como encontros “formativos” nas escolas;
15. Enfatiza a importância de participação nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, organismos que elaboraram a política privatista e antitrabalhadora.

Como se vê, as propostas são antagônicas às necessidades coletivas do magistério. Favorecem, sim, aos objetivos de uma educação concorrencial, individualizante e mercantilizadora.

Omissão e adaptação de setores da Oposição

Grupos de oposição, PSTU e PSOL, defenderam junto com a burocracia da Apeoesp as propostas de fim da campanha salarial, no primeiro semestre. Integraram como observadores nessa Comissão Paritária. Durante todos esses meses, não fizeram uma denúncia da conduta e da política da burocracia da Apeoesp, que firmava as tais “propostas consensuadas”. Agora, diante do lançamento do caderno, “Conversas

sobre a carreira”, o PSTU divulgou um folheto alternativo.

O seu conteúdo “Por um plano de carreira, cargos e salários que resgate a dignidade do professorado” vem no sentido de comparecer como ala esquerda da burocracia petista. Não rechaça o Plano de Carreira, apenas reivindica a saída da Comissão Paritária. Defende conceitos abstratos como: “resgate da dignidade”, “escola de qualidade”, “carreira aberta”, etc. Como não rejeita o Plano de Carreira, está obrigado a se posicionar favorável ao processo de evolução (acadêmico e não-acadêmico), a se colocar, da mesma forma que a burocracia, pela inclusão da participação nos congressos e conselho de escola como forma para evolução e a defender a seleção dos professores pela via do concurso. Declara em favor do piso do Dieese e da redução da jornada. Trata-se de um piso rebaixado, pouco mais de R\$ 2 mil reais e uma redução de jornada que não garante o emprego a todos. Infelizmente, faz coro com a burocracia dirigente em iludir uma parcela dos professores em torno de uma “carreira digna”.

Porque rejeitamos um Plano de Carreira

A Corrente Proletária defende os interesses gerais do conjunto do professorado. E não os interesses particulares de uma fração do magistério que almeja por meio da carreira obter vantagens salariais e aposentadorias diferenciadas. Reafirma que a defesa do conjunto da classe implica a luta direta pelas reivindicações salariais, pelas condições de ensino e pelos direitos que estão sendo arrancados. Rechaça todos os mecanismos que dividem os professores e ampliam o individualismo e a concorrência. Denuncia os governantes que se recusam a atender as reivindicações coletivas dos educadores e se colocam por “reestruturar” a carreira.

A Corrente Proletária tem como princípio a defesa da bandeira: trabalho igual, salário igual. Combina essa luta com as reivindicações de proteção da força de trabalho mental e física. Daí a importância da aposentadoria integral a todos, o que significa combater a reforma previdência e todas as medidas que dificultam a aposentadoria dos trabalhadores da educação.

Está aí por que levantamos uma plataforma de luta e o método da ação direta para que as reivindicações sejam para o conjunto da classe. O governo tem interesse em dividir o magistério. A burocracia da Apeoesp acaba por favorecer esse objetivo. Temos o dever de defender a unidade e as reivindicações coletivas da classe.

Lutamos por:

1. Salário mínimo vital, como piso salarial. Escala móvel de reajuste e reposição das perdas salariais;
2. Emprego a todos por meio da redução da jornada de trabalho, implantação da escala móvel de horas de trabalho;
3. Sistema único de aposentadoria, estatal, sob o controle dos trabalhadores. Fim das reformas privatistas da previdência;
4. Derrubada de toda a legislação que eliminou direitos e precarizou o trabalho docente. Fim de todas as medidas que dividem, selecionam e demitem os professores. Estabilidade a todos;
5. Redução do número de alunos por sala de aula e abertura de escolas;
6. Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem sem trabalho. Combinação dos estudos com o trabalho, 4 horas na produção e o restante para os estudos e lazer;
7. Estatização de todo sistema escolar. Fim do ensino privado. Constituição de um sistema único, estatal, gratuito, laico e enraizado na produção social

Municipais SP:

Mais uma vez a campanha salarial foi abortada pela burocracia

Depois de alguns meses da greve dos municipais, essa foi a segunda reunião de Representantes de Escolas, convocada pelo Sinpeem. Na primeira reunião, em junho, o sentimento de traição da burocracia dirigente era latente entre a maioria dos presentes. A burocracia foi achincalhada, ainda que muitos dos representantes de escolas eram fura-greve, mas não ousaram se manifestar em apoio à burocracia. Agora, passados quatro meses, a revolta da categoria foi sufocada. As férias, as reposições de aulas e a permanência dos burocratas no comando do sindicato contribuíram para a desmobilização.

Nesse segundo RE, a burocracia contou a seu favor com a aprovação na Câmara de Vereadores do Projeto de Lei que reafirma as férias e o recesso para Educação Infantil. Esse foi um dos motivos da greve. Além disso, enfatizou que está em andamento para votação até dia 19/09 outro PL que aumenta duas referências para quem está se aposentando, ou seja, alteração no Plano de Carreira. Apesar dessas “novidades”, a reunião não foi tão tranquila. Foi dirigida pelo vice presidente, porque o burocrata conta com o afastamento para a sua campanha para vereador. Mesmo assim, esteve presente no RE e controlou a direção da mesa.

Setores de Oposição defenderam a necessidade de uma assembleia para retomar a campanha salarial. Propuseram dia 04/09, mas o presidente afastado anunciou o 15/09, com a justificativa da votação do projeto na Câmara de Vereadores. Porém, completou: se o PL for aprovado antes não haverá necessidade de assembleia. Está aí a manobra. Mais uma vez conseguiu enrolar as Correntes, que recuaram da proposta do dia 04 em nome de uma suposta “Unidade”. O fato é

Litoral Norte SP – A prefeitura de Ilhabela demite 3 professores grevistas

Pela readmissão dos trabalhadores!

Depois de três meses de processo administrativo, a prefeitura de Ilhabela (Litoral Norte/SP) concluiu com a demissão de três professores que fizeram uma greve de 2 dias na cidade contra a redução salarial praticada pela Secretaria de Educação, que aumentou a jornada extraclasse em janeiro (em virtude da Lei do Piso), mas a cortou em março.

Um dos demitidos é Conselheiro Estadual da APEOESP e membro da Corrente Proletária na Educação. Sua demissão, como das professoras de sua escola, demonstra clara perseguição política.

Desde que foi anunciada em julho, temos feito ampla campanha na cidade e nos sindicatos para denunciar a demissão e exigir a readmissão dos professores. Na APEOESP, no SINPEEM, no Congresso da CUT, no SindServ de São Sebastião, conseguimos aprovar moções de solidariedade aos trabalhadores e divulgamos centenas de panfletos nas escolas e na balsa que é utilizada para o acesso à cidade.

O governo municipal de Ilhabela agiu como age a maioria dos governos que perseguem e intimidam os trabalhadores por meio das sindicâncias, dos processos administrativos e das demissões. Ilhabela segue a orientação do governo estadual (Alckmin/PSDB) de não cumprir a Lei Federal do Piso e perseguir aqueles que lutam por sua implantação.

Continuaremos com a campanha nos sindicatos e na cidade para servir de pressão à prefeitura e mostrar aos trabalhadores que eles não devem se calar diante da truculência dos governos burgueses.

Organização em Caraguatatuba para exigir a aplicação de 1/3 fora da sala de aula

Em fins de junho, a prefeitura de Caraguatatuba (Litoral

que a burocracia não quer convocar assembleia e grupos de oposição acabam aceitando o discurso falacioso do burocrata.

O mais grave é que a reivindicação de reajuste salarial foi completamente esquecida. A Corrente Proletária levantou a bandeira para abrir a campanha salarial, combinado com a exigência de uma assembleia. Como a burocracia controla a mesa, a proposta sequer foi para votação. Aproveitou do acordo com alguns setores de oposição em torno do dia 19/09 para encerrar esse ponto da pauta.

Sindicato continua sendo dirigido só pela burocracia - corrente Compromisso e Luta

Outro debate fundamental que aconteceu foi sobre as eleições sindicais. Estas se encontram sob intervenção judicial, solicitada pela maioria da Oposição. Foi dado o informe de que o juiz alegou não ter condição de julgar o mérito da questão e encaminhou o processo para a justiça comum. A diretoria alega que cumprirá a decisão judicial. Claro, aproveita a intervenção judicial para continuar no comando do sindicato.

A Corrente Proletária criticou a medida judicial proposta pela Oposição e defendeu, desde o início, que somente os professores organizados em assembleia poderão julgar o pleito eleitoral. A burocracia se aproveita da debilidade e da política legalista da ala majoritária da Oposição para impor as medidas de Kassab para o conjunto do professorado. É necessário fortalecer a Oposição e dotá-la de um programa de defesa das reivindicações da classe, do método da ação direta e de um sindicalismo revolucionário.

Norte/SP) anunciou que pretendia aplicar a Lei do Piso. Para isso, iria diminuir a quantidade de aulas de cada disciplina, MAS aumentar o tempo em sala de aula (de 50 para 60 minutos). Pela jogada da prefeitura, o professor que antes tinha 24 aulas e ganhava por 30 passaria a ter somente 20 aulas e continuaria recebendo por 30 (1/3, portanto), no entanto com o aumento dos minutos em sala continuaria a trabalhar a mesma quantidade de horas durante a semana!

Percebendo a manobra, os professores espontaneamente se organizaram em uma comissão para rejeitar a proposta da prefeitura e elaborar a sua própria proposta. Participamos das reuniões que ocorreram ao longo de julho e da organização da assembleia que ratificou a proposta da Comissão. O Sindicato municipal ligado à prefeitura fez corpo mole no início e jogou em seguida abertamente contra a mobilização dos professores.

Verificou-se que, sem tradição de luta e sem um forte sindicato, os professores da cidade logo dissiparam seu descontentamento, porque a Secretaria de Educação também não formalizou sua proposta. Sabemos, no entanto, que essa prefeitura também segue a orientação geral dos governos, que é a não aplicação da jornada extraclasse.

Continuaremos apoiando a Comissão de professores e trabalhando para que ela se unifique ao movimento das outras cidades e da própria APEOESP, para que possa responder ao golpe da prefeitura sem sofrer as consequências do movimento de Ilhabela, que ficou isolado da luta na região e no Estado.

Impulsionar a luta unitária dos trabalhadores da educação

A divisão em várias redes de ensino e as divisões no interior da cada rede têm como subproduto o parcelamento das lutas

desenvolvidas em cada local de trabalho. A divisão fortalece padrões e governos e facilita a repressão aos lutadores. Por isso, a Corrente Proletária na Educação/POR, através de sua atuação na subseção da APEOESP no Litoral Norte, organizou e impulsionou duas atividades na região para fortalecer os professores na luta contra os governos.

A primeira atividade foi o Encontro sobre a categoria O que atinge os professores contratados da rede estadual. No encontro, que reuniu professores das quatro cidades, fizemos um histórico das reformas da previdência de FHC e Lula que possibilitaram a criação nos estados dessas formas de contratação mais precárias. Mostramos que detrás do falatório da “qualidade de ensino” o que os governos tem feito é enxugado gastos às custas do trabalho do funcionalismo. A existência de uma categoria de professores que recebe menos e tem menos direitos é um duro ataque ao funcionalismo como o todo e deve ser combatida. Defendemos, no Encontro, a bandeira de Estabilidade para Todos os professores, independente do tempo de serviço, para garantir o emprego imediato a todos que já estão na rede. Afirmamos que apenas a luta coletiva, coesa, é que pode derrubar as leis malditas que precarizaram o trabalho na educação. A necessidade de organização e de combate às medidas do governo e das diretorias de ensino é urgente e não pode ser travada com a perseguição que escolas tem feito contra os professores contratados.

A segunda atividade foi um Encontro Regional sobre a Lei do Piso. Nessa atividade, buscamos reunir os professores da rede estadual com os professores das redes municipais de Ilhabela, Caraguatatuba e São Sebastião. Participaram do encontro, a APEOESP, o SindServ de São Sebastião, professores mobilizados de Ilhabela e a Comissão de professores de Caraguatatuba. Em nossa participação, destacamos a necessidade de unidade de todo magistério contra os ataques que ocorrem nos municípios e no Estado. Afirmamos que medidas práticas de organização e luta são necessárias. Aprovamos duas moções contra as demissões na Ilhabela e as perseguições políticas em Caraguatatuba, uma carta aberta à população e aos professores

XI Congresso de Estudantes da USP

O Congresso foi convocado pela direção do DCE como um “Congresso Temático”, com o tema “Democracia na USP”, em oposição às bandeiras e métodos de luta do movimento do final de 2011: “Fora a PM do campus! Fim dos Processos políticos contra estudantes e trabalhadores! Fora Rodas!”, defendidas com manifestações massivas de ruas, atos e greve estudantil. No início de 2012, o DCE, dirigido pelo PSol e PSTU, com apoio da maioria das direções dos CAs, controlados por essas mesmas correntes, recebeu os calouros com uma campanha antigreve e contrapôs em seu lugar a organização do Congresso. Com o fim da greve, votado na primeira semana de aula, numa assembleia dividida, vieram as dezenas de processos contra estudantes. Chegou a se organizar um ato com 500 manifestantes contra a repressão, mas a direção trabalhou para diluir o movimento na convocação do Congresso, que iria “organizar uma grande greve por diretas pra reitor e estatuinte”, nas palavras da direção do DCE. Essa direção fez questão de colocar em votação no Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) e na Assembleia geral de estudantes a proposta de que o Congresso não tivesse como temas as pautas do movimento de 2011.

O que se viu na prática foi o esvaziamento do movimento. O Congresso foi organizado num CCA no final de maio. A eleição de delegados deveria ocorrer entre as duas últimas semanas de aula em junho e as duas primeiras em agosto, tendo as férias no meio. As teses seriam inscritas na segunda semana de agosto, o que colocou a discussão de propostas e programas para depois da eleição de delegados!! A maior parte dos cursos inscreveu as chapas para a escolha de delegados sem a

denunciando os governos e exigindo a aplicação imediata da Lei. Foi tirada também a proposta imediata de abaixo-assinado e a formação de uma comissão das quatro cidades para atividades de mobilização no próximo período.

Em virtude da fraca tradição de luta, de sindicatos atrelados às prefeituras a mobilização nas cidades ainda é bastante fraca. O objetivo dos encontros foi iniciar um trabalho de unificação das pautas e de ações conjuntas que resultem em mobilização.

Curso de Formação do POR

Pelo quarto ano seguido, realizamos no mês de julho um Curso de Formação do Partido chamando trabalhadores das cidades do Litoral Norte paulista. Como em 2011, o curso desse ano teve como textos de estudo os artigos da Revista Socialismo Científico. Nesse ano, estudamos os artigos da revista número 13.

Novamente, o tema central foi a crise capitalista e suas manifestações na economia mundial e brasileira. No primeiro dia, foi feito o debate em torno dos artigos que destacam a situação política e econômica do governo Dilma e a política do MST durante os últimos anos. Também foi elaborado um texto apontando a relação da crise econômica e a crise que atinge a educação no capitalismo. Os grupos de estudo puderam aprofundar cada um dos textos e a plenária final assimilar os principais conceitos e ideias, ligando-as à nossa prática militante.

No segundo dia, centramos estudo no artigo sobre a crise nos EUA. Foi feita uma exposição inicial sobre as principais contradições do modo de produção capitalista e as particularidades da crise atual. Em seguida, passamos para os grupos que puderam analisar cada uma das teses acerca da crise. Na plenária final, a conclusão ressaltada foi a da necessidade de construir o partido-programa para responder aos ataques da burguesia, expressas nas políticas dos padrões e dos governos, sobretudo, nos momentos de crise e de maior ataque à vida das massas.

menor divulgação, nas duas últimas semanas de aulas, com a universidade esvaziada. Muitos delegados foram até eleitos nesse período. Predominaram as relações de amizade e de controle do aparato dos CAs.

O Congresso elegeu cerca de 400 delegados, dos quais participaram cerca de 230. A maioria ligada às correntes dirigentes do DCE e CAs, em primeiro lugar as correntes do PSol, seguido pelo PSTU. Independentes e demais correntes de esquerda configuraram uma minoria no Congresso.

Um sintoma grave desse Congresso foi o rechaço a que os processados políticos tivessem um representante na mesa de abertura. O argumento é que os presos não são um fórum do movimento. O essencial é que as correntes dirigentes não têm influência sobre os presos, por isso temem que expressem a posição da oposição. É um veto político, num Congresso sobre Democracia.

No curso de Letras, a direção do Caell (PSol) impediu que se abrissem as urnas no primeiro dia de votação, alegando desorganização, e também vetou a abertura delas no último dia da semana, o que compensaria o primeiro dia “perdido”. Isso quando as demais sete chapas em disputa concordavam em estender a votação para esse dia. O veto autoritário se baseou no regimento, que afirma que é o CA quem organiza as eleições. O mesmo regimento que limita a participação de cursos massivos em 60 delegados (a Letras, pela proporção, teria direito a mais de 100). É evidente que a direção tentou limitar ao máximo a eleição de delegados num curso em que as forças de oposição atuam mais.

Os traços burocráticos do Congresso se acentuaram na sistemati-

zação e na plenária. Muitas propostas apresentadas nos grupos foram simplesmente eliminadas na sistematização, que elaborou ali, e não nos grupos, extensos textos de apresentação de propostas das correntes dirigentes do DCE, à moda dos burocratizados Congressos da UNE. A plenária final teve logo no início uma polêmica apresentada pela direção do DCE, de vetar as declarações de abstenção, que só poderiam ser feitas por escrito para serem encaminhadas ao site do DCE, sequer seriam lidas em plenário. Em votação que teve de ser contada, a direção foi derrotada e o direito a declaração foi garantida.

A pretensão de calar a oposição era manifestada a todo momento. Falas como “uma minoria quer atrasar o Congresso com suas propostas” expressa bem a concepção de “democracia” dos dirigentes do DCE. A democracia estudantil pressupõe a divergência, o direito de expressá-la e defendê-la livremente, para que se possa votar cada proposta. A expressão da minoria não atrapalha, mas sim é parte essencial da discussão democrática. O contrário é a formalidade da confirmação da política da direção, o que chamamos de “Congresso do Amém”.

Os traços burocráticos do Congresso expressam a política da direção que o convocou. Um Congresso democrático depende para se realizar enquanto tal de uma linha que expresse em suas propostas de programa para o movimento estudantil uma política proletária, ou seja, de impulso à mobilização pelas reivindicações e de choque com a burocracia, os governos e os capitalistas. A necessidade da democracia estudantil está ligada às bandeiras e métodos de luta que se empregam. Uma direção que tem uma política de conciliação com a burocracia, de “entrar dentro da atual estrutura de poder”, como foi confessado por um militante do PSol, não pode se fundamentar na democracia estudantil, tem de controlar, de burocratizar o Congresso.

Destacamos, entre as diversas propostas, algumas votações centrais:

1) “Democratização da universidade” versus “Sem autonomia universitária não há real democracia universitária”.

Para a Corrente Proletária, essa votação é estratégica. Foi preciso fazer pressão sobre a mesa para que fosse votada (a proposta “desapareceu” da sistematização). Opomo-nos à bandeira da “democratização” não porque ela seja de reforma. A bandeira de autonomia universitária é de reforma e a defendemos. A democratização é a não reforma. É a preservação da atual estrutura de poder, modificando-a em aspectos que não alteram em nada a sua essência, a de instrumento para impor o controle dos governos e da burguesia sobre a universidade.

A democratização consiste em aumentar a participação de estudantes e funcionários na atual estrutura de poder. É apresentada por meio das bandeiras de eleição paritária para reitor, paridade nos conselhos e reforma estatuinte. A escolha do reitor permite apenas que se manifeste acerca dos nomes apresentados pela burocracia dirigente da universidade. Sequer há uma decisão real, porque o peso que se dá ao voto dos professores pela “paridade” permite que a casta burocrática continue decidindo, à revelia da maioria estudantil. E uma reforma dos estatutos discutida sob o autoritarismo vigente sequer pode tomar decisões democráticas, que serão condicionadas pelas determinações da autoridade vigente desde a escolha de delegados até à sua participação. Menos ainda será soberana, porque no final as decisões continuam nas mãos da burocracia e governo.

A democracia universitária só pode se realizar sob o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham. Ou seja, com a real autonomia universitária. É eliminando o controle da classe dominante minoritária na sociedade sobre a universidade que se poderá impor a vontade e decisões da maioria. Por isso, a defesa da democratização distrai, desvia, dilui a luta pela real democracia na universidade para uma política de conciliação com o autoritarismo vigente. Na prática, a política de democratização auxilia a burocracia a se preservar no po-

der e exercê-lo de forma antidemocrática. Isso se pode ver na prática e agora: diante das medidas autoritárias (processos políticos) e de maior ingerência externa sobre a universidade (PM no campus), os defensores da democratização se opõem a lutar contra, apresentando em oposição a essa resposta a campanha por democracia em abstrato.

A Corrente Proletária se coloca pela real autonomia universitária, condição para a real democracia universitária, e que só pode se concretizar com o controle coletivo pelos que estudam e trabalham, em oposição a qualquer ingerência estatal, ao estado cabe apenas fornecer as verbas necessárias ao funcionamento. Essa autonomia tem por base a soberania da assembleia geral universitária, com voto universal.

2) Eixo prioritário do movimento: democracia ou bandeiras de 2011?

O Congresso teve de se colocar diante das propostas de eixos prioritários: a) contra a repressão em geral (defendida pelo MNN e LER-QI); b) democratização da universidade (PSol e PSTU); 3) bandeiras do movimento de 2011 (POR, PCO, autonomistas); 4) estatuinte já (PT e independentes).

O MNN e a LER-QI dividiram de forma irresponsável essa votação. Não havia porque separar os votos de quem defendia a luta contra as medidas repressivas, em oposição à demagogia da democratização. O Congresso aprovou a linha da direção, referendando a política segundo a qual foi convocado.

3) Estatuinte já: sim ou não?

A Corrente Proletária, juntamente com o MNN, criticou a bandeira da estatuinte. É fato que os estatutos da USP são os mais antidemocráticos de todos. Mas eles não serão reformados sob o autoritarismo vigente. O poder burocrático, sem ser destruído pela mobilização, exerceria poder de veto a qualquer resolução progressista. E se manifestaria desde sua organização: dificultando a participação de estudantes e funcionários, em função do calendário escolar e das pressões das chefias, influenciando sobre os votos dos delegados por meio dessas mesmas relações. Além disso, um congresso descolado de mobilização massiva tende a ser dominado pelo controle burocrático de direções das organizações, principalmente de estudantes e professores.

A bandeira de estatuinte é distracionista e já o provou em várias ocasiões, como em 2007, durante a luta contra os decretos do Serra, em que foi utilizada para negociar o fim da ocupação da reitoria.

4) Unidade organizativa do movimento ou opção entre UNE e Anel?

A Corrente Proletária defendeu que ante de qualquer decisão a respeito caberia votar uma resolução de princípio de defesa da unidade organizativa do movimento estudantil. A unidade organizativa é uma condição para a força do movimento. A divisão só interessa às direções burocráticas.

Não se deve confundir a organização com a direção. A direção da UNE, dominada pelo PCdoB, é burocrática e governista, mas mantém influência sobre a maioria dos estudantes, principalmente na rede privada de ensino. Deve ser combatida e destruída pelo movimento. É necessária uma frente de oposição revolucionária para derrotar essa direção entre os estudantes.

A cisão da UNE, encabeçada pelo PSTU, rompeu o princípio da unidade organizativa, realizando uma aventura à margem dos estudantes, um movimento de aparato, que rapidamente naufragou enquanto Conlute, e que tem sido ressuscitado na Anel. Apesar de agrupar uma vanguarda combativa e descontente com o governo da UNE, não expressa um setor dos estudantes em movimento, nem tem um programa revolucionário. Diante da cisão consolidada, a

Corrente Proletária atua nas duas organizações, sempre defendendo a unidade organizativa e a necessidade de destruição da atual direção burocrática e governnista.

O Congresso rejeitou a resolução de unidade organizativa e votou pela atuação na UNE, sob a orientação do PSol no DCE, rejeitando a atuação na Anel. O PSol, ao não apoiar a resolução do POR, mostrou ser divisionista.

5) Soberania das assembleias ou privacidade do CCA?

O Congresso anterior instituiu uma deformação na regulamentação das instâncias do movimento estudantil: delegou ao CCA, acima da assembleia geral, o poder sobre a organização das eleições ao DCE e quanto ao espaço estudantil. Isso porque o PSol conta com maioria nesse organismo, de modo que a manobra foi uma espécie de vacina contra decisões das bases opostas às da direção. Neste XI Congresso, foi proposto que se restabelecesse o funcionamento orgânico soberano da assembleia. Foi recusado, com apoio do PSTU.

A defesa da soberania das assembleias não é uma questão administrativa. A assembleia é o organismo de ação coletiva, de mobilização, por excelência. Por meio dela é que se mobiliza, se discute amplamente, se defendem posições, se vota e se executam deliberações. A instância do CCA é de caráter representativo, portanto não expressa a ação das bases, somente o controle dos CAs. O controle das eleições do DCE pelo CCA expressa assim a permanência da atual direção, à revelia de quaisquer decisões da base.

6) Proporcionalidade ou majoritariedade nas eleições do DCE?

A direção do DCE é eleita hoje pela majoritariedade. A chapa de maioria simples fica com todos os cargos, e faz da entidade o que bem entende, muitas vezes em contradição com as decisões da maioria nas assembleias. A proporcionalidade não é uma divisão do DCE entre as correntes. É quando cada força presente no movimento tem sua participação na direção de acordo com sua expressão entre os estudantes. As divergências são debatidas e resolvidas por maioria e minoria, e podem ser levadas à assembleia geral, instância superior à direção. A maioria é fiscalizada pela minoria de dentro da direção. A minoria tem sua parcela de responsabilidade na direção. A proporcionalidade expressa a democracia direta, que tem por fundamento a ação coletiva.

7) 10% do PIB ou estatização da rede privada?

Havia duas propostas de resolução: 10% do PIB pra educação (defendida por PT/PCdoB) e 10% do PIB já e pra educação pública. Não havia divergência quanto à centralidade da bandeira. A diferença é que a posição governnista é a de parte desses 10% serem destinados à rede privada de ensino, enquanto a posição da esquerda (PSTU, PSol) é a de 10% para o ensino público, e que se deixe assim o ensino privado ganhar seu próprio dinheiro. Há uma unidade na recusa à defesa do ensino público e gratuito a todos, que só pode vir se passar pela expropriação sem indenização da rede privada e controle coletivo pelos que estudam e trabalham. Por isso, defendemos que a bandeira central deveria ser a luta pela estatização, os 10% não afetam o predomínio mercantilista da educação e com isso preserva a exclusão da maioria. Argumentaram que havia outra resolução pela estatização. Mas a farsa foi revelada quando se opuseram a seguir que a estatização fosse sem indenização e com controle coletivo. Ou seja, a estatização é defendida não como uma bandeira de combate ao ensino privado, mas de resgate das faculdades que estão em dificuldades financeiras.

8) Política de Segurança?

A Corrente Proletária fez um destaque de conjunto contra a defesa de

qualquer política de segurança. A segurança sob o capitalismo é a repressão aos movimentos sociais e aos oprimidos, em defesa da propriedade privada dos meios de produção e dos privilégios da classe média, ansiosa por ascensão social. Defendemos a luta pelo Fora a PM da universidade, assim como em outro ponto defendemos o Fim da PM e armamento das massas, que é criatura da ditadura militar em 1967 e que constitui uma organização de criminosos, voltada à repressão social.

Criticamos a chamada política de segurança, defendida pelo PSol e PSTU, por ser uma maquiagem na linha de repressão imposta pela burocracia universitária contra os movimentos. Não é possível “humanizar” a ação repressiva, ou controlá-la socialmente.

9) Data das eleições do DCE: nova derrota da direção

As eleições do DCE deste ano foram adiadas no final do ano passado por uma assembleia de 3 mil estudantes, em função das necessidades do movimento. O CCA confirmou em maio as eleições para novembro. Mas a direção do DCE pretendeu adiar novamente as eleições para abril de 2013. Viu na recepção festiva dos calouros um meio de perpetuar sua influência no DCE, ficando livre de uma avaliação de sua gestão, o que ocorreria ao final de ano. Além disso, liberaria os militantes para as campanhas eleitorais dos seus partidos, em andamento. Em votação apertada, foi derrotada. Correntes do PSol chegaram a votar contra o adiamento e foram censuradas por militantes do MES.

Calendário expressa conteúdo do Congresso

Por fim, o calendário aprovado no Congresso reflete seu conteúdo distracionista da luta contra a repressão e defesa da autonomia: plebiscito por uma estatuinte, debates, discussão de candidato para disputa das eleições a reitor, tudo isso só serve para manter o atual marasmo e desviar os estudantes da luta real.

Até mesmo a campanha contra os processos se aprovou de forma genérica, sem nenhum compromisso da direção em efetivá-la.

O Congresso deveria ser um momento de profunda discussão entre os estudantes acerca das diferentes políticas que são defendidas entre os estudantes. A partir desse debate, escolha de delegados de forma a garantir que sejam os que melhor encarnem a defesa dessas propostas. Discutir e votar um programa para o movimento estudantil, que deve ser colocado em prática por uma direção correspondente. Servir como meio de impulso à mobilização pelas reivindicações, estímulo às assembleias e plenárias de base.

Mas o Congresso termina sem nenhuma dessas tarefas cumprida: serviu sim como um referendo da política da direção. Uma política reformista que se fundamenta na estratégia de participar da atual estrutura de poder, sem modificar sua essência; de negociar um meio termo entre as necessidades dos estudantes e aquilo que a burocracia pode oferecer sem prejudicar a essência de sua política; uma política que se adapta à universidade de classe, burguesa, elitista, desvinculada da vida, controlada autoritariamente pela classe dominante. E que rejeita a política revolucionária, renega as reais bandeiras do movimento estudantil, e tem aversão pela ação de massa, que age sem controle e em oposição à sua política mesquinha e hipócrita. Não é à toa que defenda a tese da “universidade socialmente referenciada”, com os explorados fora dela, servindo apenas de referência aos pretensos sabichões da pequena burguesia; contra isso, a Corrente Proletária defende o controle coletivo da universidade pelos que estudam e trabalham, como meio para se atingir o fim da universidade de classe, burguesa, e uma nova universidade, que será parte da transformação de toda a sociedade em socialista. Nela, os explorados vão transformar a universidade por dentro, e fazer dela algo de cada um e de todos ao mesmo tempo, torná-la científica, laica, única e unindo teoria e prática.

Nesta edição:

- Sobre a greve da polícia na província de Santa Cruz
- 72 anos do assassinato de León Trotsky

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Argentina

Sobre a greve da polícia na província de Santa Cruz

No momento de publicar este artigo, observamos que suas conclusões se confirmam com a recente greve policial da província de Chubut. Movimento que se estrutura sobre as mesmas bases materiais que deram corpo ao que analisamos. E expressa a permanência da tendência mais geral que toma a luta contra as medidas governamentais sobre os explorados.

No mês de julho e durante três semanas, uma massiva greve policial pôs em xeque o governo e a hierarquia policial da província de Santa Cruz, na região patagônica argentina. Aqui no Brasil, passou quase que despercebida, ainda que por seu caráter, sua base econômica e seu choque com o governo se assemelhasse à greve policial na Bahia, no início do ano.

A greve na Argentina lembra pela sua confluência no tempo, por seu componente social (as tropas e a suboficialidade), por sua radicalização (ocupação de prédios policiais, mobilizações de ruas e ruptura da hierarquia) e pelas suas reivindicações econômicas, a da Bahia ou a que tomou as ruas da Bolívia. Assim, a greve se colocou por cima da particularidade regional, expressando um mesmo fenômeno da luta de classes na América Latina.

Bases econômicas e políticas do conflito

Em uma província cujo custo de vida hoje atinge \$12.000 mensais, os salários da tropa estão por volta de \$5.000. O que torna insustentável a vida de suas famílias. A inflação e o aumento de preços provenientes do aprofundamento da crise econômica só podiam atuar como catalisador do protesto.

O movimento começou no dia 2 de julho e se estendeu por três semanas. Foi composto na sua totalidade por agentes (tropa) e suboficiais. Começou com o auto-aquartelamento das cidades do norte da província exigindo a *“criação imediata de um conselho de salário e defesa das condições de trabalho, integrado por suboficiais e agentes das distintas localidades”*. Exigiam aumentar o valor do ponto de referência da escala salarial para elevar o mínimo a 9 mil pesos mensais, uma redefinição dos *“valores e o modo em que se pagam os serviços adicionais”* (guardas de bancos, comércio, etc., que cumprem a função de horas-extras), que as jornadas de trabalho não excedam a oito horas e se tomem como *“parâmetros de referência as normas que regem nosso direito de trabalho”*. Mas, também, a sanção de uma lei de segurança pública baseada no *“direito internacional humanitário”* e a anu-

Lucas
lação das normas que regulam a atividade policial, estabelecidas durante a última ditadura, assim como a reincorporação de um efetivo exonerado por falar com a imprensa (1) sobre os abusos e maus tratos aplicados pela oficialidade contra os ingressantes.

Hierarquia policial e o governo provincial atuam unidos contra o movimento

O governo provincial e os chefes policiais atuaram contra o movimento e os grevistas. O secretário de Segurança provincial e o ex-chefe da Polícia, Alejandro Martin, disse que a greve pretendia desestabilizar o governo de Daniel Peralta (kirchnerista) e acusou a oposição burguesa, na figura do titular do ARI (Associação por uma República de Iguais) provincial, Mariana Zuvic, de estar por trás do protesto e do policial separado da Força que foi um dos líderes do movimento.

A manobra se limitava a fazer do conflito econômico e político um reflexo da disputa entre camarilhas burguesas pelo controle do estado. Mas a farsa não progrediu. As reivindicações tinham suas raízes nas miseráveis condições de vida dos amotinados. A verdade é que a situação política criada era incapaz de resolver com discursos e manobras de Palácio.

O governo ensaiou uma nova estratégia. Em conluio com a cúpula policial, começou a perseguir os líderes do movimento ao mesmo tempo que pretendia recuperar a iniciativa política, emitindo um decreto de aumento de 20% dos pisos mínimos.

No entanto, as assembleias de base rechaçaram o decreto e se mobilizaram nas ruas, tornando públicas suas reivindicações e ganhando o apoio de 80% dos agentes e suboficiais. O governo se viu obrigado a retroceder, incapaz de conter a situação e impor a disciplina. E pediu ao governo federal que enviasse tropas da Guarda Nacional, sob o falso argumento de *“preservar a segurança pública”*.

Procurava-se evitar a crise generalizada do estado provincial com uma *“guerra de posições”*, destinada a criar um cerco militar sobre os amotinados. E a concentrar forças repressivas de outras províncias para esmagá-los, no momento oportuno.

As greves policiais são um fator de desestabilização política perante as tendências recessivas e os consequentes ataques contra as condições de vida dos oprimidos. Debilitam a capacidade de resposta repressiva do Estado frente ao ascenso das

lutas e greves operárias.

O fim da greve não pôs freio à crise política

Com o correr dos dias, o desgaste da greve era notório. O acordo se impunha. Mas este acompanhava um desgaste ainda maior do governo que, finalmente, se viu obrigado a dar um aumento de 35%, muito abaixo das exigências, mas superior ao que estava disposto a conceder. Além da jornada de 8 horas e o pagamento das horas-extras de 100%, anulou os atos internos contra os líderes e ativistas da greve e se comprometeu em fazer a reforma do estatuto policial. Uma das reivindicações democráticas, ainda que limitada, como a de respeitar a organização própria da tropa e da suboficialidade, foi imposta pelos grevistas. Elegeu-se uma comissão de negociação nas assembleias para supervisionar os termos do acordo.

Assim que encerrou esse conflito, um outro se abriu. Os trabalhadores estatais também exigiram um aumento imediato de salários. O governo disse que não tinha dinheiro para conceder novos aumentos. O que desatou a fúria dos assalariados que viram que governo teve recursos para conceder à polícia 35% de aumento. Apesar da crise, as lutas não prosseguiram. Com o fim da greve policial, o governo se viu capacitado a ser inflexível perante as reivindicações do funcionalismo. A decretação tardia da greve mostrou que as direções não foram capazes de conduzir a luta dos trabalhadores no momento em que se estabelecia o choque entre o governo provincial e suas forças de repressão.

A posição do PTS na greve na polícia

Não será nem a primeira nem a última vez que assistiremos a um motim policial. Daí a importância de se ter uma resposta marxista. Notamos que a esquerda dita trotskista se dividiu ao se posicionar.

O PTS (LER-QI), como sempre, se negou a dar qualquer apoio à greve. Utiliza-se da repressão policial contra as lutas operárias como princípio geral para negar sua defesa. Jamais o marxismo estabeleceu tal princípio evocado pelo PTS. Lenin e Trotsky reconheceram a necessidade de realizar a agitação revolucionária no seio da tropa militar e policial. O PTS não pôde explicar nem fundamentar como poderiam processar lutas e greves, inclusive as greves gerais políticas ou a insurreição revolucionária das massas sem ganhar uma parte da tropa e da oficialidade, anulando outra parte e combatendo seu setor mais reacionário. Procura assim resolver discursivamente o que requer uma política justa e uma apreciação tática adequada em um momento dado.

O resultado da posição de princípio de jamais apoiar uma greve da polícia tem colocado os pseudo-trotskistas em uma posição reacionária. Colocam-se contra a polícia usar o direito democrático de greve e de se opor aos salários de fome. Ao fazê-lo não podem defender os policiais em greve contra a repressão do Estado, que recorre a Guarda Nacional ou ao Exército para esmagá-la.

Algumas conclusões

Destacamos que o componente econômico e social da greve se constituiu em um choque de interesses sociais, contrapostos no interior da instituição policial.

A aliança dos chefes policiais com os funcionários políticos deixou claro que a greve não foi uma manobra de desestabilização de uma fração burguesa, como pretendia fazer crer o governo. Mas uma manifestação da existência de reivindicações vitais entre seus setores mais empobrecidos que chocam objetivamente com o Estado burguês e suas políticas de cortes. Pelos seus soldos miseráveis e pelas privações que passam suas famílias, a tropa e a suboficialidade se juntam com os explorados e oprimidos. E ainda que se não se confundam com eles e estejam em lugares opostos, refletem seus interesses e necessidades.

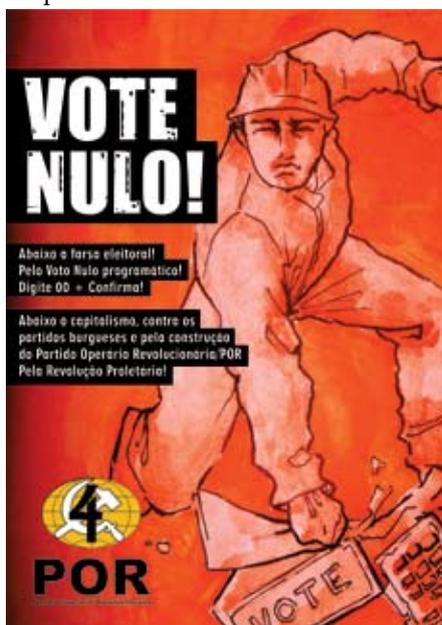
A defesa de uma plataforma de reivindicações econômicas e democráticas comuns a várias cidades unificou as ações, estenderam o movimento e lhes outorgou seu conteúdo específico. Sair às ruas exigindo salário, ocupar prédios policiais, mobilizar-se e romper a hierarquia foram os métodos que permitiram quebrar a inflexibilidade do governo e bloquear as perseguições dentro da tropa. Como nas greves no Brasil e Bolívia, a dos policiais argentinos também golpeou um dos pilares de sustentação da força repressiva do Estado: a disciplina militar. Essa particularidade da greve policial é importante para a política do proletariado perante o braço armado do Estado.

É necessário lembrar que o Estado é a organização política que concentra e exerce a violência da classe burguesa para garantir a defesa da propriedade privada e suas instituições. O perigo é grande para seus interesses quando a tropa policial pode deliberar, organizar e mobilizar. A burguesia não pode permitir que os policiais se insubordinem e fraturem a hierarquia. A greve chama a atenção dos explorados ao transparecer a brutal opressão que a burguesia exerce sobre a maioria oprimida. A ausência de um partido revolucionário enraizado no proletariado impossibilita potencializar as contradições no aparato militar e policial. Mesmo assim, a burguesia teme a insubordinação das tropas.

Diante das reivindicações salariais que vinculam os policiais à situação geral de opressão da maioria, é dever dos marxistas defender o direito de greve, inclusive armada, e procurar influenciá-la pela política do proletariado.

.....

(1) Trata-se do suboficial Mario Monsalvo, afastado por falar no noticiário do canal 12 (Telenoite), em abril de 2011, a respeito de um caso de um bombeiro que foi morto durante um exercício de resgate em fins de 2010, Demián Ceballos. Monsalvo foi o suboficial escrevente da investigação interna pela sua morte. E, por isso, denunciou ao canal de televisão as constantes e sistemáticas vexações e ultrajes que realizava a oficialidade na Escola de Polícia e de bombeiros.



72 anos do assassinato de León Trotsky

As duas passagens abaixo publicadas foram extraídas do documento “Nas Vésperas da Segunda Guerra Mundial”, de 23 de julho de 1939. Trata-se de uma entrevista dada por Trotsky em Coyoacán, México, ao Comitê de Relações Culturais para a América Latina. A entrevista constitui um documento histórico de grande importância, devido ao acerto de sua análise e posição marxista. Destacamos as duas perguntas referentes ao estalinismo devido a sua particular importância para a atualidade.

Em 21 de agosto de 1940, portanto pouco mais de um ano da entrevista, León Trotsky foi assassinado a mando de Josef Stálin. O combate até a morte travado pelo dirigente da Revolução Russa, ao lado de Lenin, contra a revisão estalinista do programa bolchevique se mostrou correta à luz da história.

Estamos a 72 anos do crime estalinista. De lá para cá, avançou a restauração capitalista como previa Trotsky e contra a qual organizou a Oposição de Esquerda Russa e, depois, a Oposição de Esquerda Internacional, que concluiu com a formação da IV Internacional. A destruição das conquistas do proletariado russo e mundial por obra da ditadura estalinista provocou uma regressão sem paralelo na história da humanidade. Porém, trata-se de uma derrota que serve ao proletariado no curso inevitável de sua luta por soterrar o capitalismo e construir o comunismo.

Temos consciência dos tremendos obstáculos para reerguer os partidos revolucionários e reconstituir a IV Internacional. Pesa sobre os ombros das jovens gerações a nefasta obra dos partidos comunistas estalinizados e o reatamento dos elos capitalistas que haviam sido rompidos pelas revoluções proletárias no século passado.

O trotskismo é a encarnação mais fiel do marxismo-leninismo. Nossa tarefa de construção do partido começa por assimilar as experiências revolucionárias no seio da luta de classes. Lembremos os 72 anos do assassinato de Trotsky com os punhos fechados e com o compromisso de reconstruir a IV Internacional, que tem em suas bases o Programa de Transição.

O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional luta por vencer os obstáculos que a estilham e que desgraçadamente deram origem a uma gama infundável de correntes revisionistas e oportunistas. O Comitê de Enlace reconhece que não há outro caminho para os militantes revolucionários que se acham perdidos nas fileiras do revisionismo a não ser retomarem o Programa de Transição e a rica luta do trotskismo contra o estalinismo.

Acredita você na impossibilidade da revolução socialista em um só país, sem participação mundial?

Resposta: Creio que há um mal entendido na formulação dessa pergunta. Eu nunca afirmei que é impossível a revolução socialista em um só país. Na União Soviética fizemos uma revolução socialista. Eu participei dela. A revolução socialista implica a tomada do poder pela classe revolucionária, o proletariado. É óbvio que não se pode realizar simultaneamente em todos os países. Cada país, de acordo com suas condições, tem seu momento histórico. A revolução socialista não só é possível como também é inevitável em cada país. O que eu afirmo é que é impossível construir uma sociedade socialista no marco do mundo capitalista. É um problema diferente, absolutamente diferente (1).

Por acaso o grande progresso econômico da União Soviética nos últimos cinco anos não demonstra a viabilidade da construção de um estado socialista em um mundo capitalista?

Resposta: Prefiro interpretar sua pergunta como sendo “a construção de uma sociedade socialista”, não de um estado socialista, já que a tomada do poder pelo proletariado significa a criação de um estado socialista. O estado socialista é somente uma ferramenta para a criação da sociedade socialista, já que esta implica a abolição do estado por considerá-lo um instrumento próprio da barbárie. Todo estado é uma sobrevivência da barbárie. A pergunta na realidade significa se o progresso econômico dos últimos cinco anos não demonstra a possibilidade de construir uma sociedade socialista em um mundo capitalista.

Segundo minha opinião, não. Não o vejo assim, porque o progresso econômico não é o mesmo que o socialismo. Na América do Norte, os Estados Unidos conseguiram ao longo de sua história um progresso econômico grandioso sobre fundamentos capitalistas. O socialismo significa a igualdade progressiva e a abolição progressiva do estado. O estado é um instrumento de submissão. A igualdade implica a abolição do estado. Durante esses cinco anos, na União Soviética, juntamente com o indiscutível progresso econômico, cresceu terrivelmente a desigualdade e teve um tremendo reforço do estado. O que significam os julgamentos de Moscou a partir da perspectiva da desigualdade e da abolição do estado? Duvido que haja uma só pessoa que acredita que houve justiça neles. Em Moscou, durante os últimos anos, se expulsaram cem mil pessoas, se exterminou a Velha Guarda do Partido Bolchevique (2), os generais, os melhores oficiais, os melhores diplomatas, etc. Não se aboliu o estado. Existe, e o que é esse estado? É a submissão do povo à sua maquinaria, ao novo poder, à nova casta, ao novo dirigente; a burocracia é agora uma casta privilegiada. Não é o socialismo e esta casta não se está debilitando. Nega-se a morrer. Prefere matar os demais. Inclusive os melhores elementos do exército, o instrumento de sua própria defesa.

Não digo que se deva estabelecer imediatamente uma igualdade absoluta. Isso não é possível. Mas a tendência geral teria de ser a da vil desigualdade burguesa para a igualdade; entretanto, a tendência atual é absolutamente oposta. Se se fizessem estatísticas se comprovaria que os estratos superiores da sociedade soviética vivem como a alta burguesia dos Estados Unidos e Europa, a classe média como a burguesia mediana e os operários pior que o de um país grande como os Estados Unidos. A revolução significou para a Rússia o progresso econômico. Sim, é absolutamente indiscutível. Mas isso não é o socialismo. Está muito longe de ser. Afasta-se cada vez mais do socialismo.

-
- (1) *Socialismo em um só país* foi a teoria de Stálin introduzida no movimento marxista pela primeira vez em 1924, que coloca que uma sociedade socialista pode realizar-se dentro das fronteiras de um só país. Depois, quando se incorporou ao programa e à tática do Comintern, se converteu na desculpa ideológica para o abandono do internacionalismo revolucionário e a utilizou para justificar a conversão dos partidos comunistas de todo o mundo nos dóceis peões de xadrez da política exterior do Kremlin. Uma ampla crítica desta teoria pode se encontrar no livro de Trotsky “A Terceira Internacional depois de Lenin”.
 - (2) O *Partido Bolchevique* foi a tendência majoritária do Partido Operário Social Democrata Russo, a partido do segundo congresso de 1903. Conduziu os soviets ao poder em 1917. Os bolcheviques defendiam que os operários deviam unir-se aos camponeses pobres, tomando a iniciativa na luta contra a burguesia. Os *velhos bolcheviques* foram os que se uniram ao partido antes de 1917, isto é, os membros da “velha guarda”, do partido.